

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Jane Pontes dos Santos Silva

TRABALHO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO  
SOCIAL DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

2019

Jane Pontes dos Santos Silva

TRABALHO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO  
SOCIAL DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Franco Reis

Rio de Janeiro

2019

Catálogo na Fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

S586t      Silva, Jane Pontes dos Santos  
Trabalho, saúde e assistência social no  
contexto da proteção social dos bombeiros  
militares do estado do Rio de Janeiro / Jane  
Pontes dos Santos Silva. - Rio de Janeiro, 2019.  
66 f.

Orientador: José Roberto Franco Reis

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação  
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, 2019.

1. Serviço Social. 2. Assistência Social.  
3. Política Pública. I. Reis, José Roberto Franco.  
II. Título.

CDD 361.3

Jane Pontes dos Santos Silva

TRABALHO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO  
SOCIAL DOS BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz.

Aprovado em 25 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Roberto Franco Reis (FIOCRUZ/EPSJV)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica de Rezende (UFF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angelica Ferreira Fonseca (FIOCRUZ/EPSJV)

*Dedico este Trabalho  
aos meus filhos Iago e Ivan,  
amores preciosos que iluminam a minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus Pai todo criador, por sua bondade e misericórdia.

Aos meus queridos pais: a minha mãe Mizarli (in memorian), por ser exemplo de vida, amor, serenidade e luta; ao meu Pai Jacy, pela sabedoria e fortaleza na tribulação.

Ao meu amado esposo Alberto, por seu amor e paciência, por me acompanhar nestas idas e vindas, por ser meu ombro amigo, por me lembrar que a fé move montanhas.

Aos meus amados filhos, Iago e Ivan, pelo sorriso e carinho sincero, o brilho de cada um irradia o meu viver, obrigada, por me esperarem por tantas vezes...

Aos meus irmãos, Alex e Arlei, pela partilha de vida e generosidade.

As minhas avós, Dona Santa e Dona Conceição (in memorian), mulheres guerreiras, minhas companheiras e exemplo de vida e dedicação ao próximo.

À família Silva que me acolhe sempre de braços abertos, obrigada por todo apoio.

À Priscila Moreira (in memorian), comadre assistente social, pelo exemplo de vida e luta, por sua amizade.

Aos colegas do mestrado, pela partilha de experiências e convivência ímpar.

À Ana Clara e Ana Luiza, pela amizade, sinceridade e carinho em tantas batalhas.

À Luiza, mineirinha guerreira, pela partilha de tanta sabedoria na caminhada.

A todos os usuários que atendi em meu percurso profissional, a cada assistente social que me auxiliou com uma palavra de reflexão crítica e incentivo, e também a cada comando e chefia que me fizeram seguir em frente em busca de mais aprendizado e conhecimento.

Ao Professor Dr. José Roberto Franco Reis, por me acolher e incentivar sempre, pela orientação deste trabalho.

Ao Coronel Ricardo Macedo e ao Major Marcelo, pela dedicação e competência, pela generosidade e gentileza inigualáveis.

A todos que, de alguma forma, incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização deste trabalho e agradeço também àqueles que pesaram no percurso acrescentando obstáculos, pois me ajudaram, sim, a ser perseverante e concluir com sabor de vitória, o meu muito obrigada.

*“Nada do que foi será de novo do jeito que já  
foi um dia.  
Tudo passa, tudo sempre passará.”  
(Lulu Santos)*

## RESUMO

Neste estudo nos aproximamos da realidade dos bombeiros militares do estado do Rio de Janeiro através da Diretoria de Assistência Social (DAS) do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) e das ações da área da assistência social em articulação com os demais setores que compõem a proteção social sob a perspectiva de direitos sociais após a legislação de 1988. Para o desenvolvimento do estudo optou-se por uma técnica descritiva e propositiva, através de uma pesquisa bibliográfica e revisão de literatura sobre a área da proteção social e dos bombeiros militares no estado do Rio de Janeiro. Iniciamos, com o contexto local e a quem as ações de assistência social se direcionam no CBMERJ, depois apresentamos o debate sobre a proteção social com ênfase no campo da assistência social e como esta área se encontra no âmbito militar e por fim, aproximamos nossos olhares para o surgimento, a história e as ações atuais da área da assistência social no CBMERJ e suas articulações com os demais setores. Contudo, esta pesquisa se propõe a analisar a contribuição das ações socioassistenciais da DAS direcionadas aos bombeiros militares do CBMERJ nos últimos anos, principalmente aquelas ações motivadas por estudos e produções científicas realizados pela equipe da DAS, que visam ampliar a expertise da gestão e do planejamento, desta diretoria. A pesquisa desenvolvida buscou trazer a luz ao debate tanto o trabalho do bombeiro militar no estado do Rio de Janeiro como a política de assistência social e como ela se efetiva na sociedade brasileira e também no âmbito militar. Ao observar o sistema de proteção social direcionada aos bombeiros militares do CBMERJ verificamos que muitos desafios se apresentam, tendo em vista a complexidade do debate, que exige uma compreensão de direitos sociais ampliados e viabilizados por meios de políticas públicas, no sentido de atender as demandas e necessidades sociais apresentadas por este público específico, diante da aproximação e conhecimento sobre os riscos e vulnerabilidades vivenciadas por estes militares.

Palavras-chave: Bombeiros. Proteção Social. Assistência Social.



## **ABSTRACT**

In this study, we approached the reality of the military firefighters of the state of Rio de Janeiro through the Directorate of Social Assistance (DAS) of the State of Rio de Janeiro Military Fire Department (CBMERJ) and the actions of the social assistance area in conjunction with the other sectors that make up social protection from the perspective of social rights after the 1988 legislation. For the development of the study we opted for a descriptive and proposed technique, through a bibliographical research and literature review on a social protection area. and military firefighters in the state of Rio de Janeiro. We begin, with the local context and who as social assistance actions goes to CBMERJ, then present or debate on social protection with emphasis on the field of social assistance and how this area is in the military monitoring and finally, bringing our eyes closer to the emergence, history and current actions of the social assistance area at CBMERJ and its articulations with the other sectors. However, this research analyzes a contribution of the social assistance actions of DAS directed to CBMERJ military bombers in the last years, mainly of the actions motivated by studies and scientific productions carried out by this DAS team, that aim to expand a management experience and to make planning. , of this board. A research developed sought to shed light on the debate about the military bombing work in the state of Rio de Janeiro, as a social assistance policy and how it is effective in Brazilian society and also in the military. Observing CBMERJ's social protection system directed at military bombers, noting that many challenges are presented, given the complexity of the debate, which requires an understanding of social rights expanded and made possible by public policies, with no sense of care as specific social demands and needs for this specific public, given the approach and knowledge about risks and vulnerabilities experienced by these military personnel.

**Keywords:** Firefighters, Social Protection, Social Work

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quantitativo do quadro funcional de Bombeiro Militar ativo por ano .....	28
Quadro 2. Distribuição percentual das principais causas de licenças e dispensas para tratamento de saúde concedidas ao BM pelo CPM em 2017 .....	29
Quadro 3. Distribuição percentual das principais causas de licenças e dispensas para tratamento de saúde concedidas ao BM pelo CPM em 2018 .....	29
Quadro 4. Estratégias traçadas pela DAS em 2010 .....	44
Quadro 5. Estudos realizados na DAS (período 2013-2018) .....	46
Quadro 6. Quantidade de procedimentos realizados pela DAS em 2018 .....	55
Quadro 7. Distribuição dos Polos de Serviço Social por CBA .....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Pirâmide com a hierarquia militar .....	24
Gráfico 2. Vínculo com o CBMERJ dos usuários atendidos.....	50
Gráfico 3. Atendimentos em relação ao Gênero .....	51
Gráfico 4. Distribuição da cor autodeclarada .....	51
Gráfico 5. Distribuição da religião.....	51
Gráfico 6. Responsável pelo domicílio.....	52
Gráfico 7. Distribuição entre posto/graduação.....	52
Gráfico 8. Atendimentos em relação ao Estado Civil .....	53
Gráfico 9. Quantidade de Dependentes por BM .....	53
Gráfico 10. Escolaridade .....	54
Gráfico 11. Distribuição dos atendimentos por Região .....	54

## LISTA DE SIGLAS

BM	Bombeiro Militar
CAP	Capitão
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CBA	Comando de Bombeiro de Área
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CEL	Coronel
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CPM	Centro de Perícias Médicas
CSS	Centro de Serviço Social
DAS	Diretoria de Assistência Social
DBM	Destacamento de Bombeiro Militar
DGAS	Diretoria Geral de Assistência Social
DGP	Diretoria Geral de Pessoal
DGS	Diretoria Geral de Saúde
DGF	Diretoria Geral de Finanças
DIP	Diretoria de Inativo e Pensionista
FA	Forças Armadas
GBM	Grupamento de Bombeiro Militar
GMAR	Grupamento Marítimo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
GEP	Grupamento Especial Prisional
GV	Guarda-Vidas
LATSPF	Licença para Acompanhar Tratamento de Saúde de Pessoa da Família
LECE	Licença Especial em Caráter Excepcional
MAJ	Major
MD	Ministério da Defesa
MS	Ministério da Saúde
NAS	Núcleo de Assistência Social
NFPA	National Fire Protection Association
OBM	Organização de Bombeiro Militar
PASFA	Política de Assistência Social das Forças Armadas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
QOA	Quadro de Oficiais Administrativos
QOC	Quadro de Oficiais Combatentes
QOS	Quadro de Oficiais de Saúde
QOE	Quadro de Oficiais Especiais
RJ	Rio de Janeiro
SAS	Serviço de Assistência Social
SEDEC	Secretaria Estadual de Defesa Civil
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SESDEC	Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil
SGI	Sistema de Gestão da Informação
TEN	Tenente
TEN CEL	Tenente-Coronel
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 - CONTEXTO HISTÓRICO DOS BOMBEIROS NO RIO DE JANEIRO</b> .....	15
1.1 O RIO DE JANEIRO E O BOMBEIRO ENQUANTO ATOR NESTA HISTÓRIA.....	15
1.2 A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO E A SAÚDE (FÍSICA, EMOCIONAL E MENTAL) EXIGIDA AO BOMBEIRO MILITAR .....	21
<b>CAPÍTULO 2 - POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA: O DEBATE SOBRE O TEMA DA PROTEÇÃO SOCIAL, COM ÊNFASE NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FOCO EM UMA INSTITUIÇÃO MILITAR</b> .....	32
2.1 O CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA E O CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL OU WELFARE STATE NO MUNDO E NO BRASIL.....	32
2.2 CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CBMERJ .....	35
<b>CAPÍTULO 3 - AS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS ORGANIZADAS PELA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CBMERJ</b> .....	39
3.1 ORIGENS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CORPORÇÃO .....	39
3.2 A CHEGADA DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA CARREIRA MILITAR.....	42
3.3 A DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM AÇÃO E O PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO .....	47
3.4 A PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO POR MEIO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA DAS .....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64

## INTRODUÇÃO

Nos propomos a apresentar um estudo que se aproxima da realidade dos bombeiros militares do estado do Rio de Janeiro, visando elucidar como a proteção social se desenvolve por meio da Diretoria de Assistência Social (DAS) do Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro (CBMERJ).

A realização deste trabalho percorre a trajetória da compreensão da política social e da responsabilidade do Estado quanto à proteção social ao cidadão na sociedade brasileira que se construiu historicamente ao longo dos anos e como este debate iniciou-se no âmbito militar brasileiro.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a contribuição das ações socioassistenciais da Diretoria de Assistência Social (DAS) do Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro (CBMERJ) para a efetivação de uma política de assistência social, voltada aos bombeiros, em articulação com os demais setores que compõem a proteção social sob a perspectiva de direitos sociais inaugurados a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Para o desenvolvimento do estudo optou-se por uma técnica descritiva e propositiva, através de uma pesquisa bibliográfica e revisão de literatura sobre a área da proteção social e dos bombeiros militares no estado do Rio de Janeiro.

O debate sobre a temática da assistência social apresenta-se fundamental para que esta política social inserida na seguridade social pela Carta de 88, possa se consolidar como parte do compromisso do Estado com a sociedade, e não se confunda com benesse, a ponto de superar a visão restrita de clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais que empobrecem a gestão de ações socioassistenciais de qualidade e de garantia de direitos sociais.

Deste modo, torna-se importante ressaltar que este estudo é proveniente de um esforço pessoal e profissional enquanto assistente social, servidora militar, cuja atuação profissional se realiza na Diretoria de Assistência Social do CBMERJ.

Em 2015, com o projeto de descentralização em curso o retorno ao CBMERJ<sup>1</sup> tornou-se possível, sendo direcionada para a DAS, para compor a equipe do Polo de Serviço Social em São Gonçalo (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro) após período de treinamento na referida diretoria.

---

<sup>1</sup> Concursada no ano de 2008, iniciou suas atividades diversas na Secretaria Estadual de Saúde por estar cedida a esta Secretaria pela Corporação, somente retornando em 2015.

Considerando, as ações elaboradas, gerenciadas e executadas pelo CBMERJ através de sua Diretoria de Assistência Social propostas ao seu público interno do quadro funcional de bombeiros, apresentamos algumas questões que nos inquietam, a saber:

As ações de assistência social da DAS se realizam pela ótica de política pública sob quais diretrizes? Quais implicações do projeto de descentralização na gestão e planejamento da DAS? Tais ações realizadas pela DAS acontecem de maneira isoladas ou articuladas com outros setores? Como as questões de saúde se apresentam para a DAS? Qual o papel da pesquisa na DAS e quais as suas contribuições nesta Diretoria?

Destacam-se, então, como componentes deste estudo, além da presente Introdução, três capítulos. Iniciamos no primeiro capítulo, com o contexto local e a quem as ações de assistência social se direcionam no CBMERJ, ou seja, ressaltamos as características peculiares do estado do Rio de Janeiro e como se caracterizam as exigências do trabalho e da saúde dos bombeiros militares do CBMERJ.

No segundo capítulo, realizamos um resgate histórico e conceitual sobre política pública e proteção social, com atenção específica no campo da assistência social que compõe a diretriz de ação da Diretoria de Assistência Social na sua atuação às demandas apresentadas pelos bombeiros militares do CBMERJ.

Enquanto no terceiro capítulo, voltamos nossos olhares para o surgimento, a história e as ações atuais da DAS no CBMERJ e suas articulações com os demais setores, isto é, citamos as ações de assistência social direcionadas aos bombeiros militares do CBMERJ através da DAS como fruto de articulações e pesquisas constante da equipe que a compõe.

Contudo, esta pesquisa se propõe a analisar as ações socioassistenciais da DAS direcionadas aos bombeiros militares do CBMERJ nos últimos anos, principalmente aquelas ações motivadas por estudos e produções científicas realizados por esta equipe da DAS, que visam ampliar a expertise da gestão e do planejamento, desta diretoria.

## **CAPÍTULO 1 - Contexto histórico dos bombeiros no Rio de Janeiro**

### **1.1 O Rio de Janeiro e o bombeiro enquanto ator nesta história**

Ao observar que a história do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro está completamente envolta pela história da cidade do Rio de Janeiro, a seguir levantamos alguns marcos importantes de seu percurso histórico. Assim como, descrevemos a origem do Corpo de Bombeiros nesta localidade ao longo dos anos como importante serviço público na busca por atender sua função principal de combate a incêndios.

Neste momento apresentamos um breve resgate histórico da cidade do Rio de Janeiro no sentido de identificar seu desenvolvimento ao longo de sua origem, considerando-a região importante, principalmente, no período em que foi a capital do Brasil (1763-1960).

O Brasil, colônia de Portugal, desde sua descoberta em 1500, tinha como capital Salvador (BA), porém, visando tornar a administração mais racional e menos dispendiosa decidiu-se transferir a sede da colônia para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Esta mudança, devido à posição geográfica, ajudava a consolidar as pretensões portuguesas em direção ao sul do Brasil e também favorecia o controle da coroa sobre o ouro de Minas Gerais.

Portanto, a partir de 1763, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tornou-se capital da colônia. Nos anos de 1700 muitos incêndios assolavam a cidade, com estreitas ruas e construções feitas de madeira estes incêndios tinham sempre grandes proporções.<sup>2</sup>

Com base no livro de Aste (1991) “Histórico do Corpo de Bombeiros” foi possível conhecer a história do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, de modo que são relatados a seguir alguns acontecimentos relevantes que caracterizaram a necessidade do serviço de combate ao incêndio e como surgiu o profissional bombeiro.

Importante destacar, que nesta época, quem se dirigia ao combate aos incêndios eram as milícias<sup>3</sup>, os aguadeiros<sup>4</sup> e voluntários. Portanto, frente a necessidade de organizar na cidade um sistema de combate ao incêndio, em 1797, determinou-se que o Arsenal de

---

<sup>2</sup> Grandes incêndios citados no livro “Histórico do Corpo de Bombeiros” (1991), a saber nos anos de 1700: -1732: violento incêndio no mosteiro de São Bento, próximo a atual Praça Mauá; - 24/08/1790: no Recolhimento de Nossa Senhora do Parto; - 20/07/1789: no Tribunal de Relação e o Arquivo Nacional, no Largo do Paço, onde hoje está a Praça XV de novembro.

<sup>3</sup> O significado de milícia, neste período histórico da colônia e do império na região do Brasil, se associava aos cidadãos e homens livres que se custeavam na realização de atividades similares aos dos militares, porém sem treinamentos específicos.

<sup>4</sup> Aguadeiros: vendedor, fornecedor ou transportador de água.



Marinha assumiria como órgão público responsável, tendo em vista a experiência dos marinheiros na extinção de incêndios em embarcações.

O Rio de Janeiro passou a sede do Império português em 1808, com a vinda da Corte Portuguesa para o país e tornou-se sede do Império brasileiro em 1822 ao obter a independência de Portugal.

Após a ocorrência de incêndios grandiosos nos anos de 1800<sup>5</sup>, a direção do serviço de extinção de incêndio estava indecisa entre os seguintes setores públicos da época: a Marinha, o Ministério da Justiça e o Diretor de Obras Públicas no período entre 1849 e 1851, o que dificultava a falta de uma autoridade que conduzisse de maneira uniforme o combate ao incêndio, havendo como consequência o prejuízo de bens que se perdiam ou se queimavam.

Contudo, por meio de Decreto Imperial, de 02 de julho de 1856, organizou-se o serviço de extinção de incêndio, data esta comemorada até os dias atuais como marco fundador do Corpo de Bombeiros, que inicialmente era provisório, com a participação de operários dos Arsenais de Guerra e Marinha, das Obras Públicas e da Casa de Correção<sup>6</sup>. De modo que em cada uma destas repartições havia uma seção destinada a esta atividade, formando o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, com sede provisória na Secretaria de Polícia, tendo como seu primeiro comandante um Oficial Superior de Engenharia do Exército, o Major João Batista de Castro Moraes Antas.

Ao longo de 4 anos, organizou-se definitivamente o Corpo de Bombeiros e através do decreto nº 2.587 (30/04/1860) aprovou-se um regulamento que determinava a criação de 5 sessões, o serviço obrigatório por 4 (quatro) anos e que o ligava diretamente sob a responsabilidade do Ministério da Justiça. Já em 16/02/1861 passou à jurisdição do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Em 1864 a Praça da Aclamação tornou-se o novo local da Diretoria Geral da Corporação, hoje conhecida como Praça da República, em frente a esta praça permanece até os dias de hoje como sede do Comando Geral do CBMERJ.

O combate ao incêndio caracterizou-se como um serviço de utilidade pública de grande importância para a cidade, segundo Aste (1991), a organização envolvia toda a população, inclusive através de muitas àquelas pessoas que não ajudassem com água ou escravos nas proximidades do incêndio, tendo em vista as poucas pessoas disponíveis para o serviço e a dificuldade de acesso e transporte da água para longas distâncias. Porém, havia um

---

<sup>5</sup> Grandes incêndios citados no livro “Histórico do Corpo de Bombeiros” (ASTE,1991), a saber: nos anos de 1800: - 25/03/1825: Teatro São João; - 11/08/1825: Casa da Moeda; - 1956: novo incêndio no Teatro após importante cerimônia do Império brasileiro.

<sup>6</sup> Casa de Correção: Local destinado aqueles cujas penas eram convertidas em trabalho.

prêmio como contrapartida para quem fosse o primeiro a avisar sobre a ocorrência de incêndio.

Em 1864, os bombeiros participaram da Guerra do Paraguai junto com as tropas do Império. Em 1870, a corneta foi inserida como meio sonoro de comando de execução de ações aos militares do Corpo de Bombeiro. Ao mesmo tempo que avançava com o apoio do telefone em 1877, por insuficiência orçamentária teve que suprimir 3 (três) postos de combate, permanecendo apenas com 3 (três) unidades (Aste, 1991).

Mesmo ganhando reconhecimento da sociedade e do governo por suas atuações na Guerra, ainda assim não se percebiam aceitos como militares, principalmente por oficiais das Forças Armadas, de modo que para se resolver tal situação foi publicado o Decreto Imperial nº7.766 de 19/07/1880, concedendo graduações militares aos oficiais do Corpo de Bombeiros. Em seguida, no ano de 1887 foi aprovado o decreto nº 9.829 que alterava a denominação de alguns cargos e criava o Estado-Maior, que tornou semelhante sua organização assim como a dos Corpos de Linha do Exército (Aste,1991).

Deste modo, uma organização e administração sob a ótica militar, segundo Souza (2012), veio contribuir para uma melhor aplicação do tempo, categoria muito relevante nas ações realizadas pelos bombeiros.

No período compreendido entre 1889 a 1960 a cidade do Rio de Janeiro foi reconhecida como capital da República e Distrito Federal. Cabe ressaltar que o Corpo de Bombeiros teve participação ativa no período da Proclamação da República em 1889, assim como na guarda do Senado Federal.

Importante observar que após a Proclamação da República o país se encontrava com compromissos externos e internos, um exemplo era a dívida externa. Como forma de auxílio econômico, em 1890, segundo Aste (1991), optou-se administrativamente, pedir aos bombeiros por meio de seus responsáveis a autorização de desconto de 1% em folha de pagamento, cabendo a escolha aos servidores militares do Corpo de Bombeiros decidirem quanto ao desconto. Já nos dias atuais apenas observamos o aumento deste desconto em folha, como uma solução governamental para a chamada “crise” do estado abrangendo todos os servidores públicos.

“ Em 1891, o Decreto nº 8.837 de 17/12/1889 aprovou o regulamento que dava organização militar ao Corpo de Bombeiro, elevando seu estado efetivo para 300 homens e autorizando o governo a empregá-lo, em caso de guerra, como corpo de Sapadores ou Pontoneiros, ficando nesta situação com a mesma organização de Batalhão de Engenheiros. Este decreto consolidava o disposto no Decreto nº 7766 de 19/02/1880” (ASTE: 1991, p.36)

Observamos que com a inserção de Oficiais do Bombeiro no quadro político da época<sup>7</sup> muitas ações foram desenvolvidas no Corpo de Bombeiros visando sua melhor organização.

Somente em 1892 o Corpo de Bombeiros retornou a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Assim, com a instalação de enfermaria em 1894 e com a inauguração da farmácia em 1895 no espaço destinado ao Corpo de Bombeiros, iniciou-se o “Serviço Médico Social da Corporação” que prestava assistência própria ao pessoal da Corporação.<sup>8</sup>

Em 1896, aumentou-se o efetivo para 626 por meio de um novo decreto, ocorreu a instalação de avisadores<sup>9</sup> pelo Cel Francisco Marcelino Souza Aguiar. Mais adiante conseguiram organizar uma oficina para consertos e manutenções diversas (localizava-se onde atualmente é o museu da Corporação). Além de mais avisadores, novas lanchas e um vagão para realizar os serviços de extinção de incêndio com maior presteza foram disponibilizados.

Para se ter uma ideia de como eram difíceis os serviços prestados, basta saber que para o transporte de uma bomba a vapor eram necessários 20 (vinte) homens inicialmente, depois vieram aquelas com tração animal (de modo que seguiam para o combate 14 (quatorze) carros para um socorro). Apenas entre 1909 e 1913 que chegaram os veículos motorizados na Corporação.

A Banda Sinfônica da Corporação também foi criada no ano de 1896, que até os dias atuais é de grande valor e prestígio sendo declarada patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro através da Lei Estadual nº 7.318 em 22 de junho de 2016.

O CBMERJ, desde 1917 sob a égide da Lei nº 3.216, de 03 de janeiro de 1917, compunha a Reserva do Exército, condição essa revogada em fevereiro de 1934 e readquirida pela Lei nº 427 de 11 de outubro de 1948. Assim como permanece até os dias atuais.

“equiparou a Corporação às Polícias Militares, passando a gozar, desta forma, das vantagens e predicados constantes do artigo 183 da Constituição de 1946 em vigor. Restabeleceram-se assim, as condições em que se encontrava desde 13 de janeiro de 1917 até 1946, ou seja, Força Auxiliar do Exército Brasileiro” (ASTE: 1991, pág. 65).

---

<sup>7</sup> Nas eleições de 1890, o Major Comandante do Corpo de Bombeiros João Soares Neiva foi eleito Senador e o seu Cap Ajudante, Felipe Schinidt foi eleito deputado após serem ativos participantes da Proclamação da República (Aste,1991).

<sup>8</sup> A atenção à assistência à saúde destinada aos bombeiros militares do CBMERJ atualmente se encontra distribuída em todo o Estado do Rio de Janeiro através do Hospital Central Aristarcho Pessoa (HCAP) localizado no Rio Cumprido, contando também com 4 (quatro) Policlínicas (estas se encontram distribuídas em: Campinho, Nova Iguaçu, Niterói e Campos dos Goytacazes) e 10 (dez) odontoclínicas além das Coordenações Regionais de Saúde do Interior (CRSI).

<sup>9</sup> Avisadores: Caixa de Avisadores de Incêndio junto à repartição central de telégrafos, meio de comunicação para realizar a chamada de combate ao incêndio.

No início do século XX, os Bombeiros foram incluídos em diversas atividades<sup>10</sup> para além do combate ao incêndio, umas se associavam ao seu caráter militar (atuação na guerra e na guarda junto a outros militares) e também atividades com características aproximadas de defesa civil.

Mesmo com o incentivo ao estudo e instrução desde a origem do Corpo de Bombeiros, além da Escola Regimental<sup>11</sup> em 1912, apenas em 1924 houve a inauguração de Escolas e Cursos específicos, tendo seu regulamento reformulado somente em 1955.

No início dos anos de 1930, o governo provisório, convocou pela 1ª vez os praças reservistas que tivessem até 40 anos. E assim como em toda a sua origem, mais uma vez os bombeiros foram chamados a atuar em diferentes frentes de trabalho, confirmamos com o que nos descreve Giancarlo Aste:

“Durante o período da revolução efetuou Guarda na Prefeitura, Alfandega do Porto, Palácio da Justiça e Supremo Tribunal Federal. Enviou também no dia 24 de outubro 24 praças para guarnecer a Polícia Central” (ASTE: 1991, p.57) (...) “Na intentona Comunista de novembro de 1935, o Corpo teve novamente atuação destacada, enfrentando as balas dos revoltosos e combatendo diversos incêndios, entre os quais o do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha e o do Campo dos Afonsos. Atuou realizando a guarda dos edifícios públicos e a dos presos rebeldes” (ASTE: 1991, p. 59). (...) “Com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, em abril de 1942, foi entregue ao Corpo a missão de treinar a população para a defesa passiva, com exercícios diurnos e noturnos” (ASTE: 1991, p. 62).

Em 1941 foi inaugurada a capela São João de Deus localizada ao lado da entrada do Quartel Central do Corpo de Bombeiros. Porém apenas em 1956 que foi criado o cargo de capelão<sup>12</sup> na Corporação.

Na década de 60 houve uma mudança importante na cidade que impactou diretamente a Corporação. “Com a transferência da Capital Federal para Brasília, a Lei n. 3.752 de 14 de abril de 1960, criou o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara (CBEG)” (ASTE: 1991, p.83), pois transformou-se no Estado da Guanabara e não mais capital do país.

Após 1961, a cidade do Rio de Janeiro foi considerada município-estado (Estado da Guanabara) até 1975, ano em que se fundiu com o antigo estado do Rio de Janeiro, de modo que esta trajetória, segundo alguns autores, “produziu acentuada concentração das atividades

<sup>10</sup> Segue citadas as atuações diversas dos Bombeiros: apoiaram o governo atuando como tropa de primeira linha devido a resistência de parte das Forças Navais em apoiá-lo (1910); auxiliaram na 1ª Guerra Mundial (1914); na ocorrência da gripe espanhola (1918) distribuíram água e remoção de enfermos, e também estiveram presentes no movimento dos “18 do Forte”.

<sup>11</sup> Escola Regimental onde havia duas turmas, uma de nível primário e outra de ensino médio, com duração de seis meses (Mattos,2006).

<sup>12</sup> Capelão: Religioso evangélico ou católico que dá suporte ao bombeiro nesta área.

econômicas” (CRUZ: 2016, pág.26).<sup>13</sup>

“A fusão de 1975 foi definida pelo governo Federal, o que constituiu um problema para a sociedade e para a política estadual. Nos primeiros anos da saída da capital federal do Rio, a sociedade carioca não se apercebeu do impacto da real perda da condição de capital do país, até porque se tornou um novo estado, e a sua importância foi relativamente preservada. Também Brasília. A fusão, no entanto, reuniu duas unidades da federação muito distintas: um núcleo (Guanabara) cosmopolita e economicamente dinâmico e um interior (o estado do Rio de Janeiro) atrasado. Contudo, propiciava uma elite política com peso maior na estrutura federativa brasileira.”<sup>14</sup> (GERSCHMAN:2016, p. 67 e 68).

O Estado do Rio de Janeiro como conhecido hoje foi constituído mediante decreto em 1974<sup>15</sup>, criando um novo contexto administrativo político no local, pois abrangia ampliação de seu território. Antes desta data havia o estado da Guanabara com assembleia legislativa própria tendo em vista ter sido distrito federal por um período de sua história.

A aglutinação de novos territórios em um mesmo estado trouxe exigências político administrativas para o novo estado criado que precisou organizar demandas diversas sob uma mesma assembleia legislativa.

Deste modo, a partir deste momento denominou-se o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBERJ), ampliando sua área operacional para 43.305 Km<sup>2</sup>, sendo incorporados os quartéis de Bombeiros que pertenciam à Polícia Militar do antigo Estado do Rio de Janeiro.

“Em 1975, o Decreto n.º 11, de março de 1975, que aprovou a estrutura básica da Secretaria de Segurança Pública, vinculou também o Corpo Marítimo de Salvamento ao Departamento Geral de Defesa Civil, cujo chefe era o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro” (ASTE: 1991, p. 93).

Inicialmente, em 1983 foi criada a Secretaria Estadual de Defesa Civil, sendo o Coronel BM José Halfed Filho, Comandante Geral do CBMERJ, o primeiro Secretário a tomar posse do cargo. Em 1995 essa Secretaria foi extinta e transformada em Departamento Geral de Defesa Civil, voltando o CBMERJ a ficar subordinado à Secretaria de Segurança Pública.

As políticas públicas são realizadas mediante ações do governo sob características da agenda adotada, do contexto histórico e político da época em que se realiza, como apresentamos mais adiante no capítulo 2. Assim, com a nova Constituição Federal de 1988

---

<sup>13</sup> CRUZ, José Luiz Vianna da. Dinâmica Socioeconômica e Territorial do Rio de Janeiro Contemporâneo.

<sup>14</sup> GERSCHMAN, Silvia. Política e gestão da saúde no governo do estado do Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> Em 01/07/1974, por meio da Lei Complementar n.º 20 determinou-se a fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro, criando assim uma nova unidade territorial e política.

afirmou-se a vinculação e a atividade a ser desenvolvida pelo bombeiro conforme veremos a seguir.

## **1.2 A especificidade do trabalho e a saúde (física, emocional e mental) exigida ao Bombeiro militar**

Neste segundo item do I capítulo, apresentamos a especificidade do trabalho do bombeiro militar, anteriormente foi relatada a sua origem histórica e neste momento descrevemos sua atualidade a partir da Constituição de 1988 que identifica os bombeiros militares como uma força armada auxiliar e reserva do exército brasileiro, assim como a polícia militar, que no estado do Rio de Janeiro está sob a gerência do governo estadual.

Conforme descrito no artigo 144 (§ 5º e § 6º) do capítulo III da Constituição Federal (1988) que trata da segurança pública:

“§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

Importante localizar o bombeiro militar enquanto sua aproximação das Forças Armadas do Brasil, que apesar de não estar diretamente ligada a Defesa Nacional do país, se encontra junto à Segurança Pública e Defesa Civil que vislumbra a integridade física do cidadão, do patrimônio e da ordem pública ainda nos dias atuais.

Convém, resgatar que o bombeiro no Rio de Janeiro foi o primeiro instaurado no país, na época do Império para proteger a cidade onde se encontrava a Corte Real Portuguesa, surgindo há mais de 160 anos, tendo como referência os países europeus.

No Brasil o Bombeiro surge sob a gerência nacional, porém posteriormente foi regionalizado por estados, assim como os policiais sob a gerência do governo estadual. Lembrando que cada estado do Brasil possui sua peculiaridade em relação a forma como se organizam os bombeiros inclusive em parcerias com os municípios.

Outro ponto importante a ser esclarecido é quanto a caracterização de bombeiro enquanto militar, considerando que existem em nossa sociedade brasileira, bombeiros civis e bombeiros voluntários. O Bombeiro Militar (BM) atende aos chamados para socorro e salvamento em toda a sociedade, pois estão vinculados a política de segurança pública de

caráter público preventiva e de defesa civil. O Bombeiro civil<sup>16</sup>, geralmente, atende a determinada empresa privada e atende apenas em local pré-definido a nível predial para onde foi contratado, já o bombeiro voluntário realiza as suas atividades por motivação pessoal sem vínculo com o setor público e nem com o setor privado.

O bombeiro militar é um profissional que trabalha em uma instituição pública vinculada ao governo do estado, esta instituição denominada atualmente de Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), possui funções específicas de atendimento à população daquele estado por meio de um aparato público que compõe a política pública de serviços ofertados pelo governo do estado para atendimento de socorros de emergência e calamidade pública.

Contudo, faz-se necessário compreender o bombeiro militar do estado do Rio de Janeiro enquanto servidor público estadual por estar atrelado ao governo do estado por meio da Secretaria Estadual de Defesa Civil (SEDEC)<sup>17</sup> desde 2011.

A Secretaria Estadual de Defesa Civil está subordinada diretamente ao governador do estado, que na figura do Secretário reúne responsabilidade de Defesa Civil e de comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

De acordo com o Estatuto de Bombeiro Militar (Lei 880) do estado do Rio de Janeiro, o CBMERJ é uma instituição:

“permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada aos serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento, a realizar perícia de incêndio e a prestar socorros nos casos de inundações, desabamentos ou catástrofes, sempre que haja vítimas em iminente perigo de vida ou ameaça de destruição de haveres”. (Lei 880, 25/07/85, Art. 2º).

O CBMERJ é uma entidade pública, em outros tempos os trabalhadores eram voluntários que se alistavam para o serviço de bombeiro militar. Há algumas décadas torna-se bombeiro militar através de aprovação em concurso público caracterizando-se como um servidor público estadual, porém com um regime específico militar, enquanto força auxiliar e reserva do exército, assim como os policiais militares no estado do Rio de Janeiro.

Atualmente as várias atividades realizadas pelos bombeiros do CBMERJ atendem as múltiplas demandas da sociedade que se apresentam de maneira diversificada. Conforme

---

<sup>16</sup> LEI Nº 7355 DE 14 DE JULHO 2016. Dispõe sobre a realização do serviço particular denominado Brigadas de Incêndio por Bombeiro Profissional Civil (BPC).

<sup>17</sup> No ano de 2007, pelo Decreto Estadual nº 40.486 de (01/01/2007), houve a união das Secretarias Estaduais de Saúde com a Defesa Civil (SESDEC) permanecendo esta estrutura por 4 anos, porém através do Decreto nº 43.017 (09/06/2011) retorna a estrutura anterior com as Secretarias Estaduais separadas entre a Secretaria Estadual de Saúde (SES) e a Secretaria Estadual de Defesa Civil (SEDEC).

descrito abaixo:

- socorro para extinção de incêndio (ação mais conhecida);
- salvamento em todo tipo de local: na terra, no céu e no mar (em veículos, no trânsito, em altura, na área marítima, em floresta, em montanha, em desabamentos, em inundações, em acidentes com produtos perigosos, etc);
- atendimento pré-hospitalar por meio de ambulâncias;
- ações de serviço de recolhimento de cadáver;
- fiscalização de adequação as normas de segurança em grandes eventos e em locais de atendimento ao público;
- recolhimento de taxa de incêndio;
- ações de defesa civil para identificação de riscos de desabamento e inundações;
- atenção a desastres e calamidades públicas.

Uma categoria importante a ser trabalhada é a de segurança que precisa ser compreendida em sua amplitude. Existem questões de segurança pública ligadas ao risco de vida sob duas perspectivas: uma por meio de combate a violência, e outra que envolve o cumprimento de normas estabelecidas mundialmente visando a prevenção contra riscos diversos. Quanto a segunda perspectiva, esta se apresenta de forma a garantir que determinado local seja seguro através do estabelecimento de cuidados prévios visando a segurança para eliminar os riscos de acidentes que comprometem a vida.

Diante da complexidade e particularidades do contexto histórico-político-econômico e social do RJ a compreensão da importância da valorização dos servidores militares do CBMERJ, enquanto servidores públicos com uma gama de atividades específicas, torna-se necessário buscar formas de compreender a realidade atual enquanto profissional da assistência social para melhor intervir nesta realidade. Profissional este com atividades específicas de risco que atendem a situações de emergências, urgências e calamidades públicas diversas.

A atividade profissional do bombeiro militar exige colocar sua vida em risco para salvar a vida de terceiros e também resguardar o meio ambiente e os bens materiais da sociedade. Contudo, o risco é inerente a essa atividade profissional e, segundo o Estado Maior das Forças Armadas, “O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida” (Brasil, 1995, p.11).

Nos dias de hoje, para exercer o trabalho de bombeiro militar é necessário acesso ao



quadro funcional da Corporação através de concurso público com critérios<sup>18</sup> descritos em edital próprio, considerando que há duas formas diferenciadas de acesso através de um concurso esporádico para praças e um concurso regular<sup>19</sup> para oficiais, conforme a hierarquia militar.

A hierarquia militar diferencia o oficial (Cel, Ten-Cel, Maj, Cap, 1º e 2ºTen) e o praça (Subten, Sgt, Cb e Sd) em círculos hierárquicos que se distingue desde a forma de acesso, a começar pela base da pirâmide (observe o gráfico 1), com a perspectiva de ascensão na carreira conforme a antiguidade estabelecida em lei própria.

Gráfico 1 – Pirâmide com a hierarquia militar



Um oficial bombeiro militar que exerce papel de estratégia e planejamento é formado na Academia de Bombeiro Militar Pedro II (ABMPII) durante 4 (quatro) anos, cujo acesso a esta Academia está atrelada ao vestibular da UERJ, que nos últimos anos tem apresentado uma concorrência bastante acirrada, pois considerando as notas necessárias para acesso, podem ser comparadas as notas daqueles estudantes que pretendem ter acesso a cursos de nível superior que exigem notas máximas como medicina ou engenharia, conforme registros divulgados na mídia que apontam uma nota de corte em torno de 86 pontos<sup>20</sup>.

Quanto ao concurso que garante o acesso para se tornar praça bombeiro militar, aquele profissional que executa as variadas tarefas na base da pirâmide hierárquica, e possuem formação pelo CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças), teve seu último

<sup>18</sup> Estes critérios são definidos por idade, documentações comprobatórias diversas, por avaliação de saúde e física conforme registro em edital próprio.

<sup>19</sup> No ano de 2017 não houve concurso para oficial pelo vestibular da UERJ, portanto, não há turma de oficiais no ano de 2018.

<sup>20</sup> <https://www.sejaoficialbombeiro.com.br/post/140026809873/nota-de-corte-cfo-cbmerj>. Acesso em: 05/07/2019.

concurso realizado no ano de 2014 para combatentes e em 2015 para guarda-vidas, sem previsão de um novo concurso para repor as fileiras daqueles que saem para reserva. No presente, a falta de concurso público para praças combatentes tem gerado uma sobrecarga de trabalho intensa.

Após cinco anos sem novos profissionais bombeiros, a falta de concurso público tem gerado sobrecarga de trabalho para aqueles que permanecem e precisam continuar a dar resposta ao crescente aumento de atendimentos, muitas vezes, por necessidade de serviço, realizando escalas extras ou prorrogando férias e licença prêmio.

Há estudos do governo federal junto com o governo do estado que analisam a possibilidade de contratações temporárias, transformando o concurso público de carreira em concurso público de profissionais temporários, assim como acontece nas Forças Armadas através do entendimento de solucionar a necessidade de repor o efetivo sem onerar a folha de pagamento do estado. Esta análise em conjunto busca cumprir as medidas estabelecidas para o ajuste financeiro que o estado do RJ assumiu para superar a crise econômica em que se encontrava, conforme nos apresentou o governo do estado.

Consideramos importante sinalizar que a educação profissional dos bombeiros militares é fornecida pela própria corporação e também em parcerias com demais órgãos públicos em casos de especializações específicas. Sendo que todo o efetivo profissional mantém instruções diárias e também no percurso, ao longo dos anos da carreira de bombeiro militar, de capacitação e atualização, tanto de aprendizagem prática e teórica por meio de cursos variados, instruções, simulados e provas profissionais<sup>21</sup>.

O CBMERJ está organizado por meio de suas especificidades e também por área territorial. De modo que há diretorias, grupamentos especiais e Comando de Bombeiro de Áreas (CBA) que gerem toda a estrutura desta corporação<sup>22</sup>. Considerando que dentre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, 58 possuem Unidades em seu território.

Contudo, cabe ressaltar algumas especificidades da estrutura do CBMERJ, descritos a seguir<sup>23</sup>:

- O CBMERJ tem sua organização por região operacional através do Comando de Bombeiros

---

<sup>21</sup> Sobre a Diretoria Geral de Ensino e Instrução (DGEI) segue algumas referências importantes: CFO – Curso de Formação de Oficiais; CFAP: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças; ESCBM – Escola Superior de Comando de Bombeiro Militar; CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais; CCOS – Curso de Capacitação no Oficialato Superior, CIEB – Centro de Instrução Especializada de Bombeiros, sendo todos estes reunidos e realizados no Complexo de Ensino localizado em Guadalupe.

<sup>22</sup> A instituição possui uma complexa estrutura organizacional e em 2011 sofreu uma reestruturação através do Decreto Nº 43.200, de 15/09/2011.

<sup>23</sup> No CBMERJ se encontram os órgãos de direção, centros, departamentos, assessorias, comissões, secretarias e coordenadorias diversificadas que compõem a sua estrutura.

de Área (CBA) que tem responsabilidade sob determinadas Organizações de Bombeiro Militar (OBM) estas por sua vez são caracterizados de: Grupamentos (GBM -conhecidos como quartéis), os Destacamentos (DBM - potencial menor que o grupamento) ou ainda em Postos Avançados (PABM- potencial menor que o destacamento).

Existe um total de 11 (onze) Comandos de Bombeiros de Área (CBA) a saber: Capital I e II, Metropolitana, Baixadas Litorânea, Baixada Fluminense, Costa Verde, Serrana, Norte-Noroeste, Sul, Salvamentos Marítimos e Atividades Especializadas.

- Nas Organizações de Bombeiro Militar (OBM) temos profissionais bombeiros combatentes que compõem a prontidão (estes estão empenhados diretamente nos socorros) que realizam atividade fim (operacional) e outros que estão no expediente (com atividades de características administrativas), porém pelo efetivo reduzido todos têm se envolvido na atividade fim para evitar a sobrecarga do efetivo nas variadas operações de socorro;
- Há funções diferenciadas conforme o quadro que compõem<sup>24</sup>: Quadro de Combatentes, Quadro de Saúde, Quadro de Guarda-vidas, Quadro de Especialistas;
- Alguns bombeiros militares estão cedidos tanto ao estado quanto aos municípios, inseridos em projetos específicos ou ainda na própria estrutura da Secretaria de Defesa Civil, que seguem os padrões estabelecidos nos ambientes em que estejam inseridos, realizando processos de trabalho específicos tanto a nível municipal como a nível estadual;
- O Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (FUNESBOM)<sup>25</sup> é o órgão destinado a provisão de recursos financeiros para aplicação nas necessidades da Corporação através da taxa de incêndio.<sup>26</sup>

Contudo, nos deparamos com uma realidade múltipla e diversa vivenciada pelos bombeiros militares que atuam no CBMERJ, que, pela condição de militar, necessitam estar disponíveis ao serviço nos 7 dias da semana e nas 24 horas por dia, por terem a obrigação de realizar sua missão com o “sacrifício da própria vida”<sup>27</sup>.

Nos últimos 3 (três) anos (2016, 2017 e 2018) foram publicadas edições do Anuário do CBMERJ<sup>28</sup> contendo informações pertinentes aos serviços, a estrutura e a composição da

<sup>24</sup> LEI Nº 3.804 DE 04 DE ABRIL DE 2002. Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, e que inclui anexo também com o Quadro de Oficiais de Saúde do Corpo de Bombeiros, que revoga a lei nº 1723 de 25/10/1990).

<sup>25</sup> FUNESBOM – Criado pela Lei Estadual nº 622 de 22 de dezembro de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 11.299 de 13 de maio de 1988.

<sup>26</sup> Taxa de Incêndio – tributo anual, vinculado, previsto no Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro através do Decreto-Lei nº 5/1975.

<sup>27</sup> Conforme consta no inciso V, do Artigo 171 do decreto nº 88.513, de 13 de julho de 1983.

<sup>28</sup> Acesso aos Anuários disponíveis pelo site do CBMERJ:

2016: <http://www.cbmerj.rj.gov.br/anuarios/anuario2016/anuario.pdf>

organização da Corporação neste período. Demonstrando um panorama dos socorros e dos demais serviços prestados por esta Instituição, bem como, alguns indicadores relacionados ao seu efetivo de militares, que particularmente interessa ao nosso estudo.

Assim, tal publicação anual incentiva a sistematização de informações, nos variados setores que compõem o CBMERJ, no sentido de utilizá-las a serviço da cidadania e da gestão institucional de qualidade. Inserido nestes anuários, podemos citar a presença de dados referente a dois projetos específicos, um denominado “*Por Dentro da Farda*” e outro de “*Projeto Avalie*”. O primeiro destinou-se a uma pesquisa com o efetivo interno da Corporação, já o segundo buscou avaliar a satisfação da população com relação ao serviço prestado ao público externo.

Para fins deste trabalho utilizamos os dados informativos divulgados nos anuários que se referem e interferem no quadro funcional da Corporação, sendo dados públicos disponíveis a todos civis e militares. Cabe sinalizar que esta fonte de informação foi escolhida porque os dados se encontram disponíveis a toda a sociedade, tendo em vista a dificuldade de acesso às informações específicas na Diretoria de Assistência Social.

Com base em um estudo realizado pela Corporação denominado “*Por dentro da Farda*”, onde 1846 bombeiros contribuíram com a pesquisa e a partir dela podemos citar alguns aspectos de satisfação que foram declarados pelos militares, a saber:

Reconhecimento da população; Relação interpessoal entre os militares; Responsabilidade; e Tipo de atividade profissional.

O volume de atividades realizadas ao longo do ano de 2018 pode ser verificado com base no quantitativo dos serviços prestados de 384.090 distribuídos nas seguintes categorias: Atendimento Pré-Hospitalar, Socorros e eventos de trânsito, salvamentos terrestres, salvamentos marítimos, salvamentos aéreos, combate a incêndios, escapamento de gás e explosão, serviços de utilidade pública (recolhimento de cadáver e transporte inter-hospitalar), apoio operacionais e eventos diversos, além de vistorias e certificações na área de segurança contra incêndio e pânico.

Para realizar estas múltiplas atividades o quantitativo de bombeiros ao final de 2018 correspondia a 12.781 militares ativos. Em proporção à população estimada no estado do Rio de Janeiro neste mesmo período de 17 milhões de habitantes (IBGE,2018), observamos o indicador *bombeiro/habitante fluminense* de 0,75/1000 habitantes, ou seja, significa que se estima 75 bombeiros por 100.000 habitantes.

Contudo, ao analisarmos a recomendação da associação norte-americana, Nacional Fire Protection Association (NFPA), que estuda e apoia as atividades de combate a incêndio e salvamento nos Estados Unidos, quanto à proporção prevista entre a quantidade de bombeiros para cada 100.000 habitantes, com base nos dados apresentados, corresponderia de 100 a 120 bombeiros em cidades médias e grandes (NFPA Standard 1710).

Deste modo, segundo nos apresenta o anuário 2018 com base na lógica de distribuição de bombeiros por habitantes de um determinado território que orienta a NFPA, “o Estado do Rio de Janeiro deveria contar com um efetivo entre 17.160 e 20.590 militares ativos” (CBMERJ: 2018, p. 113).

Um outro parâmetro para orientar a organização e contratação do efetivo na Corporação poderia ser utilizada a lei estadual n.º 6.170 de 05 de março de 2012, tendo em vista que fixa um quantitativo de efetivo para o CBMERJ em 23.475 bombeiros militares, compondo um efetivo pleno de possibilidades de atuação sem sobrecarregar o bombeiro militar em sua atuação cotidiana.

Cabe ressaltar que um estudo sobre o efetivo dos bombeiros militares do RJ (SILVA, 2015) aponta que para uma organização adequada da estrutura do quadro funcional necessitaria da criação de um quadro organizacional e também de uma Lei de Fixação do Efetivo (LFE) no sentido de atualizar a Lei de Organização Básica (LOS) que embasa a gestão com dados concretos que se apresentam a real necessidade do momento.

Diante do quadro abaixo, observamos a redução a cada ano do quantitativo de bombeiro militar bem distante do que é fixado na lei estadual.

Quadro 1 – Quantitativo do quadro funcional de BM por ano

Ano de referência	Quantitativo do Efetivo
<b>2012</b> (Fixado em Lei Estadual n.º. 6170)	23.475 bombeiros militares
<b>2015</b>	15.637 bombeiros militares
<b>2016</b>	14.797 bombeiros militares
<b>2017</b>	13.690 bombeiros militares
<b>2018</b>	12.781 bombeiros militares

Fonte: Elaboração própria com base nos anuários (2016, 2017 e 2018)

O perfil do quadro funcional do CBMERJ apontado desde o anuário de 2016 e que se manteve nos anos seguintes revelam a prevalência do gênero masculino de 81% em relação ao feminino de 19% (valores atualizados do último anuário), contudo, ressaltamos que a maioria

das mulheres se encontra nos quadros de saúde que compõem a corporação.

A média de idade dos militares da ativa nos últimos anos está em torno dos 41,7 anos. Quanto à média de dependentes registrados por estes profissionais, de acordo com a Diretoria Geral de Finanças (DGF) em 2018, corresponde a 2 dependentes por militar.

Dentre os 8.893 bombeiros militares inativos (aqueles que já se encontram na reserva ou reformados), houve o registro de 101 óbitos em 2018, dentre as principais causas da morte dos militares inativos foram citados as cardiovasculares (30%), as infecções (22%), as neoplasias (17%) e o trauma (9%). Sendo que a média de idade dentre este foi de 66 anos no momento do falecimento, o que preocupa a distância com a expectativa de vida<sup>29</sup> prevista para a população brasileira de 76 anos no ano de 2017.

Com base no anuário 2018 podemos observar que as causas mais prevalentes de dispensas e licenças para tratamento de saúde, concedidas pelo Centro de Perícias Médicas (CPM) estão associadas às doenças osteomusculares e os tratamentos psiquiátricos, conforme a tabela apresentada:

Quadro 2 – Distribuição percentual das principais causas de licenças e dispensas para tratamento de saúde concedidas ao BM pelo CPM em 2017.<sup>30</sup>

<b>Causas de dispensas e licenças</b>	<b>Percentual</b>
Doença Osteomusculares	30,3%
Transtornos Psiquiátricos	13,4%
Doenças cardiovasculares	4,5%
Doenças Infectocontagiosas	3,2%
Neoplasias	1,0%

Fonte: CPM/DGP pelo Anuário II de 2017

Quadro 3 – Distribuição percentual das principais causas de licenças e dispensas para tratamento de saúde concedidas ao BM pelo CPM em 2018.

<b>Causas de dispensas e licenças</b>	<b>Percentual</b>
Doença Osteomusculares	32%
Traumatismos	16%
Transtornos Psiquiátricos	14%

<sup>29</sup> Expectativa de vida em 2017 conforme registro no IBGE – Tabua Completa de Imortalidade para o Brasil em 2017.

<sup>30</sup> A diferença entre Licença e Dispensa está descrito na PORTARIA CBMERJ N° 711 de 05 de dezembro de 2012, em seu parágrafo 2º: I - Licença para tratamento de saúde (LTS) - É o afastamento total de todas as atividades laborais, educacionais e de treinamento físico em caráter temporário, para tratamento ou recuperação da saúde própria e II - Dispensa para tratamento de saúde (DTS) - É o afastamento parcial das atividades laborais e de treinamento físico em caráter temporário, para tratamento ou recuperação da saúde própria. Ou seja, por meio de uma dispensa o militar é readaptado em uma atividade que possa realizar e ainda continuar seu tratamento de saúde com o menor risco para sua saúde possível.

Doenças Infectocontagiosas	7%
Doenças cardiovasculares	5%
Doenças do Aparelho Digestivo	4%
Problemas Oftalmológicos	3%
Neoplasias	2%

Fonte: CPM/DGP pelo Anuário III de 2018

Por abranger considerações importantes a respeito do quadro de saúde geral dos bombeiros militares da ativa, alguns apontamentos são expostos abaixo com ressalvas tendo em vista não ter sido divulgado o total de licenças e dispensas no ano de 2017 e no ano de 2018, sendo pontuados apenas argumentos em torno das porcentagens divulgada.

Considerando as informações acima e em comparação da média geral da sociedade brasileira através dos registros da Previdência Social, na última década, os grupos diagnósticos com maiores prevalências de benefícios do tipo auxílio-doença foram doenças osteomusculares.<sup>31</sup>

Pires (2016) nos apresenta seu estudo com base no ano de 2015, sobre as causas de afastamento dos bombeiros que apontou o diagnóstico psiquiátrico como a terceira causa de afastamento, o qual mudou para segunda causa em 2017 e voltando para terceira causa em 2018, sem, contudo, aumentar a estrutura de atendimento a esta demanda de saúde mental cujo aumento, muitas vezes ocorre de maneira silenciosa. Alguns pontos a serem considerados são: a dificuldade de acesso ao tratamento com psicólogos e psiquiatras, por muitos militares não reconhecerem a necessidade da saúde mental ou mesmo evitar o afastamento do trabalho por questões diversas; o que prejudica um panorama quanto a real necessidade de atender esta demanda latente na Corporação.

O estudo “Por Dentro da Farda” apontou algumas características de saúde relevantes a serem apresentados a seguir: a frequência de tabagismo apresentado, dentre os 1.846 bombeiros militares participantes, foi de 7,7%. Quanto a análise do estresse, após aplicação de instrumento específico de avaliação, constatou-se que 11,8% dos bombeiros militares encontram-se em exaustão.

Outro aspecto importante ressaltado por este projeto “Por Dentro da Farda” diz respeito a exposição ao risco que aparece como algo inerente a profissão, porém é agravado pelo contexto de violência urbana, provocando sentimentos de medo e insegurança em parte expressiva dos bombeiros entrevistados.

“ Do ponto de vista dos riscos e da segurança, entendemos que, se o processo de trabalho constitui um lócus privilegiado da realização humana, ela também produz

<sup>31</sup> Ministério da Previdência Social (MPS). Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MPS; 2013.

(em escala específica referente às condições em que é exercido) desgaste físico e mental.” (MINAYO e org.: 2008, p. 20 e 21)

A Diretoria de Assistência Social registrou 5.370 atendimentos no ano de 2017, lembrando que neste ano já existiam os polos descentralizados de atendimento aos bombeiros militares em toda a região do estado. Em 2018 foram registrados 5426 atendimentos, mais adiante apresentamos os dados atualizados dos atendimentos realizados por esta Diretoria.

Assim, torna-se necessário neste momento esclarecer que os servidores militares do CBMERJ, segundo o imaginário popular os militares são considerados heróis por trabalhar cotidianamente em ações de salvamento e resgate variados, contudo, ressaltamos que são profissionais e também seres humanos que vivem em sociedade, que possuem familiares e devem ter sua condição humana levada em consideração pela Corporação.

A valorização destes profissionais, que servem com a vida em meio a serviços desgastantes, deve ser constante, sendo necessário lembrar que são sujeitos sociais e enquanto tal, apesar da simbologia do herói, podem ser acometidos por vulnerabilidades e riscos sociais pela peculiaridade de sua profissão ou ainda pelas variadas situações em que a sociedade os expõe, mobilizando a Instituição a construir um sistema de atenção socioassistencial ao seu público interno assim como acontece com as Forças Armadas.

Para tanto observamos que as políticas públicas se apresentam como uma resposta do Estado as múltiplas demandas que se refletem nas variadas expressões da Questão Social que também perpassa o cotidiano dos profissionais bombeiros militares no Rio de Janeiro.



## **CAPÍTULO 2 - POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA: O DEBATE SOBRE O TEMA DA PROTEÇÃO SOCIAL, COM ÊNFASE NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E FOCO EM UMA INSTITUIÇÃO MILITAR**

### **2.1 O surgimento e a proposta do Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State no Mundo e no Brasil**

O debate sobre o Estado de Bem-Estar Social torna-se necessário neste momento por elucidar a compreensão da proteção social enquanto responsabilidade do Estado a partir de um contexto histórico socialmente desenvolvido.

Para compreender o sistema de proteção social brasileiro observamos, de maneira histórica, o debate sobre esta temática da proteção social nos países avançados da Europa e na América Latina que retrata uma especificidade local.

No período entre os anos 1940 e 1970, se registra o início do Welfare State, logo após a segunda guerra mundial e em seguida vemos sua presença nos diversos países desenvolvidos a ampliar seu escopo de proteção social garantindo benefícios variados para os trabalhadores, mas principalmente criam-se serviços e benefícios para aqueles sem condições para o trabalho.

O desenvolvimento do Welfare State foi tipificado por alguns autores de maneira bem específica na busca de reunir características aproximadas dos modelos adotados nos variados países da Europa como estudado por vários autores.

A atuação do Estado no sistema de proteção social brasileiro, acontecia antes mesmo da Constituição Federativa de 1988 conforme estudos de alguns autores, nos mostra Telma Menecucci que:

“o sistema de políticas sociais já se constituía em uma decisiva área de ação do estado brasileiro, expressa em programas de transferência monetária e de prestação de serviços básicos, razoável esforço financeiro, grandes clientelas cobertas, expressiva diferenciação e complexidade institucional. Ou seja, a proteção social já estava integrada no jogo político” (Menecucci: 2017, pág. 61).

Com base nos estudos de alguns autores, os sinais de origem da proteção social no Brasil surgem nos anos de 1920 com a organização entre os trabalhadores como forma de ajuda mútua entre si, tendo em vista que a constituição de 1891, elaborada sob a inspiração do liberalismo da época, não dispôs sobre a responsabilidade do Estado em relação a proteção social, de modo que tudo se resolveria pelo mercado sem a intervenção do Estado.

Segundo Célia Lessa, a Lei Eloy Chaves (1923) pode ser considerada o marco da

criação da Previdência Social no Brasil de modo que representou a primeira forma de seguro coletivo obrigatório, criando as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) de empregados de empresas públicas.

A partir dos anos 30, podemos sinalizar o surgimento do sistema de proteção social alicerçado na previdência social na Era Vargas, tendo em vista a ampliação da legislação trabalhista na época, motivada pelo desenvolvimento econômico através da industrialização.

Considerando a primeira Era Vargas de 1930 a 1945, Célia Lessa afirma que, neste período, a República:

“(...) introduzirá uma extensa pauta de direitos sociais, atendendo os pontos principais da lista de reivindicações do movimento operário e expandindo e modificando qualitativamente o padrão de proteção social que se havia timidamente iniciado com o experimento das CAPs” (LESSA, 2012, p.189).

No período de 1945 a 1964, em que ocorre a primeira experiência democrática, o Brasil incorpora as massas populares no processo político sob o controle e direção do Estado predominando neste momento o populismo nacionalista.

Seguindo nos anos militares (1964-1980) ocorreu a consolidação e expansão deste modelo restrito de proteção social, ou seja, havia uma ênfase na meritocracia a ponto de restringir os benefícios aqueles que trabalhavam formalmente.

Após 10 anos de regime militar houve o início de um movimento de ruptura com o autoritarismo deste regime. Iniciou-se durante o governo Geisel, que visava uma abertura política no Brasil. Após longa transição e disputas de interesses diversos, com muita mobilização, inclusive das “Diretas Já”, foi possível, em meio a um árduo debate, a construção de uma legislação que defendesse o Estado Democrático de Direito.

A inserção dos direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal na CF de 88, gerou mudanças a começar a nível conceitual no sentido de acrescentar na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal e individual.

A Seguridade Social descrita enquanto o tripé da proteção social brasileira abrange a saúde, a previdência e a assistência social que começa a ser organizada cada uma em sua trajetória específica, porém a partir do marco da Constituição de 88 passam a compor este quadro de ações públicas do Estado.

A área da assistência à saúde que antes era diretamente associada as categorias de trabalho pelo corporativismo, se amplia no sentido de ser universal independente de contribuição, disponível a todo cidadão.

A área da Previdência Social garante aqueles que inseridos no mercado de trabalho,

em algum momento por algum motivo específico encontram-se sem possibilidades para o trabalho, portanto, mediante a contribuição prévia por meio do trabalho (contribuição do trabalhador, da empresa e do estado) passam a ficar contemplados por esta política independente de sua categoria de trabalho, mas sim pela “simples” inclusão no mercado formal do trabalho, pela lógica da solidariedade.

A área da Assistência Social abrangendo a todos que dela necessitar compõe a seguridade social de modo não contributivo, garantindo assim proteção social aos cidadãos com vulnerabilidades sociais.

Há também o acréscimo de outros direitos, inclusive com políticas de combate à pobreza e à exclusão social, como programas de transferência de renda, ações afirmativas voltadas para a igualdade racial e de gênero, políticas voltadas para segmentos específicos, como juventude e também para a população do campo.

Sendo assim, a partir do Capítulo da ordem social presente na Carta Magna, legislações específicas foram criadas para que as estruturas e os mecanismos institucionais pudessem realizar as ações propostas.

O incentivo a atuação bem definida e a busca por meios de operacionalização da área de assistência social significa afastar-se das percepções iniciais de simples caridade e ajuda ao pobre. Sendo necessário romper com esta concepção hegemônica qualificada como caridade, pois fragmenta a população, recorta os cidadãos por níveis de renda e separa aqueles de baixa renda tratando-os como frágeis e carentes.

Pelo contrário, torna-se necessário estabelecer novas concepções de garantia de direitos enquanto uma política pública direcionada a todos que compõem a sociedade, ao atender determinadas necessidades de proteção social em um campo em que se efetivam as seguranças sociais como direitos.

Para além das relações de trabalho a compreensão sobre a assistência social foi ampliada para a universalidade, contudo, não deixou de abranger os trabalhadores em suas vulnerabilidades diversas, sendo uma política destinada a quem dela necessitar e não a reduzir a uma concepção simplista de política para pobre, mas sim mantendo a compreensão e o entendimento que a responsabilidade do Estado em gerir mínimos de Proteção Social abrange a todo o cidadão.

Conforme exposto na análise situacional que precede a publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), verificamos que:

“Uma visão de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e

possibilidades de enfrentá-los” (PNAS: 2004, p.13).

## **2.2 Contribuições da Política Nacional de Assistência Social para a Diretoria de Assistência Social do CBMERJ**

Para realizar nosso estudo voltamos nossos olhares para a assistência social que se encontra inserida nesta proteção social brasileira, que segundo estudiosos<sup>32</sup>, tem em sua origem a caridade e a filantropia como traços marcantes e que a partir da Constituição Federais de 88 e das legislações elaboradas nos anos seguintes que direcionaram a assistência social como um direito social e não como mera benesse.

A área da Assistência Social compõe a proteção social como um direito de cidadania, assim como a saúde, na certeza de que “ela se ocupa em prover a proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida face às situações de vulnerabilidade” (PNAS, 2004, p. 28).

Quanto as funções da proteção social sob o aspecto da assistência social, encontra-se em foco a atenção às vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de situações diversas no âmbito de características sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana.

A Assistência social realiza as suas ações sociais e socioeducativas ao cidadão e cidadã e estes em relações familiares, com o propósito de viabilizar meios de atender as necessidades básicas de produção e reprodução social de vida individual, familiar e comunitária; na busca de desenvolver as potencialidades, suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia do sujeito.

A Proteção social proposta pela PNAS/2004 se vincula a uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social, ou seja, visa incentivar ações intersetoriais, que compõe uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida ao usuário que é um indivíduo em totalidade.

Assim, vemos na Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social do a seguinte premissa:

“A assistência social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade aqueles com registros de fragilidade social e presença de vitimizações entre seus membros. A primazia da atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social de modo a fortalecer laços e referências sociais de pertencimento e identidade entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida atentem para a

<sup>32</sup> Luciana Jaccoud, Renata Bicher, Ana Cleusa Mesquita (2017).

concretização de direitos humanos e sociais.” (NOB/SUAS, 2005, p. 16)

A assistência social enquanto política pública consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios visando a redução e a prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentabilidade e protagonismo social.

A promoção social visa assegurar o desenvolvimento da autonomia individual, a valorização da convivência familiar e comunitária; a segurança de sobrevivência em meio a riscos circunstanciais.

Para a proteção social através da área de assistência social o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que: a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.

Essa defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; a família deve ser apoiada e ter acesso às condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e de pessoas com deficiência; o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social na prática.

O incentivo à territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social que podem ser identificados em determinado território.

Ao compreender a assistência social como um direito social observamos a sua trajetória histórica que surge a partir de 88, segue com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1996), com a PNAS (2004), Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2012), legislações que orientam, organizam e criam estruturas para a efetivação desta política universal sob a ampliação de suas ações.

Conforme as autoras Luciana Jaccoud, Renata Bicher, Ana Cleusa Mesquita (2017), afirmam a existência de três eixos de ações para a área de assistência social, que se expressam da seguinte forma: 1- Garantia de renda; 2- Serviços Continuados de oferta universal e 3- enfrentamento de desigualdades associados a públicos específicos.

Portanto, ao realizar ações com afinidade a estes eixos a assistência social no CBMERJ busca ampliar suas ações no sentido de dar suporte e reforçar os fatores de proteção

social para a redução de riscos e vulnerabilidades aos quais estes profissionais e seus familiares também se encontram suscetíveis em meio à sociedade em que vivem.

Importante ressaltar que a política de assistência social de caráter universal, assim como a política de saúde aplicadas a toda sociedade, se tornam referências para os serviços de saúde e de assistência social implementadas no CBMERJ a partir de suas próprias estruturas e organizações específicas, visando atender com qualidade os trabalhadores militares que deles se utilizam.

Após compreender o contexto histórico de desenvolvimento sobre o debate de proteção social no país e os pressupostos que conduzem a política de assistência social direcionada a toda a sociedade torna-se necessário, neste momento, localizarmos como este debate da área da assistência social surge nas Forças Armadas, sob o âmbito militar, como referência para a realização de ações socioassistenciais para o CBMERJ.

Em 1999, foi criado o Ministério da Defesa<sup>33</sup>, pela Lei Complementar N° 97, reunindo o comando das Forças Singulares (Marinha, Aeronáutica e Exército), com o intuito de unificar os assuntos de Defesa Nacional e a missão de ampliar a integração, a sinergia e a interoperabilidade (de equipamentos e de procedimentos) entre estas Forças.

Neste sentido, a gestão e funcionamento seriam de cada comando Militar responsáveis por definir seus regulamentos internos, sendo que se manteria a autonomia da gestão financeira e administrativa e assim respeitaria a descentralização das decisões e execuções.

Sendo este Ministério da Defesa responsável por uniformizar as normas, as diretrizes atinentes aos assuntos comuns às Forças Armadas sem deixar de serem discutidos, pactuados e submetidos à apreciação dos Comandos Militares de cada Força Singular (Exército/ Marinha/ Aeronáutica). Registramos a seguir as legislações elaboradas por este novo Ministério que dizem respeito à área da assistência social visando à padronização desta temática.

Vale ressaltar que cada Força Singular já realizava variadas atividades em prol de seu quadro funcional de maneira particular e específica, conforme o estudo apresentado por Vania Lima (2013).

Deste modo, a primeira publicação da área da assistência social no contexto das Forças Armadas, foi a Portaria Normativa n° 1173/MD, de 06 de setembro de 2006, que aprovou a Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA), que foi elaborada após a ocorrência do 1ª Encontro de Assistentes Sociais no RJ, sendo utilizada como referência

---

<sup>33</sup> A estrutura organizacional do Ministério da Defesa contempla três grandes segmentos, a saber: o Estado-Maior Conjunto as Forças Armadas (EMCFA); a Secretaria Geral (SG) e os Comandos das Forças Singulares.

inicial para a área a todos os subordinados ao Ministério da Defesa.

Assim, “a aprovação da PASFA solidifica o processo de normatização da prestação de serviços socioassistenciais das Forças Armadas ao seu pessoal” (LIMA, 2013, f.01)

As demandas apresentadas pelo público-alvo a qual se direciona esta política de assistência social, segundo Lima, marcam as peculiaridades da profissão militar que não se encerra na pessoa do profissional que optou pela carreira militar, mas abrange toda a dinâmica familiar, na forma como se organizam e as suas escolhas. Importante salientar que tais demandas e peculiaridades acabam imprimindo limites e contornos sociais muito próprios a este segmento populacional com vínculos militares.

Lima (2013), em sua pesquisa apresenta algumas demandas provenientes dos usuários ao serviço de assistência social no âmbito militar, tais como: os endividamentos, a dependência química, os transtornos na saúde mental, separações/divórcios sucessivos, conflitos familiares, entre outros.

Diante do debate sobre a temática da assistência social nas Forças Armadas, a seguir nos debruçamos sobre esta temática no CBMERJ através do resgate histórico e a observação sobre as atividades realizadas por esta instituição militar.

## **CAPÍTULO 3 - AS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS ORGANIZADAS PELA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CBMERJ**

O profissional bombeiro militar, enquanto servidor público militar estadual, encontra-se amparado por legislações específicas que garantem a sua proteção social e de seus familiares, ao se colocar a serviço da sociedade sob o amparo da ordem, da hierarquia e da disciplina militar se comprometem com a própria vida na realização de suas atividades desta categoria profissional.

Neste momento observamos a assistência social voltada ao bombeiro militar do estado do Rio de Janeiro através da Diretoria de Assistência Social (DAS), tendo em vista a necessidade de compreender a origem e o desenvolvimento desta área no CBMERJ.

A trajetória das ações de assistência social, que foram possíveis de serem conhecidas por meio dos registros existentes, desde sua emergência na instituição do CBMERJ se origina com o setor específico denominado de *Serviço de Assistência Social (SAS)*, depois com a mudança para o *Centro de Serviço Social (CSS)* e posteriormente com a criação da Diretoria Geral de Assistência Social (DGAS), e atualmente, Diretoria de Assistência Social (DAS) nesta Corporação.

O desenvolvimento histórico acompanhou todo o contexto do Rio de Janeiro em que a Corporação estava inserida, bem como o movimento de reflexão e debate realizado entre profissionais de serviço social que compõem esta Diretoria, tendo como orientação o desafio de buscar a efetivação de ações de assistência social em constante construção.

### **3.1 Origens da Assistência Social na Corporação**

A existência regulamentar de ações de assistência social no CBMERJ encontra-se datada recentemente, porém a atenção específica aos servidores militares desta Instituição sob a perspectiva da assistência social se inicia nos anos 50 no Quartel Central do Corpo de Bombeiros, considerando que a atenção a saúde já estava presente compondo esta proteção social desde antes<sup>34</sup>.

Nos registros do CBMERJ, a origem da assistência social institucionalmente datada e ocupando um determinado espaço físico, inicia-se com a criação do *Serviço de Assistência*

---

<sup>34</sup> Considerando o descrito no capítulo primeiro, sinalizamos que há registros do “Serviço Médico Social” em 1895 com serviços próprios para atendimento à saúde dos bombeiros, a partir dos serviços de farmácia e de enfermaria ofertados aos bombeiros no próprio Quartel Central.



*Social (SAS)* do CBMERJ, pelo Ten Cel BM Francisco Cavalcanti de Albuquerque, sob o Comando do Cel BM Henrique Sadok de Sá no dia 04 de agosto de 1952. Lembrando que neste período a Corporação de Bombeiros ainda se encontrava sob a jurisdição da antiga Capital Federal no Rio de Janeiro.

O contexto, em que surge o Serviço de Assistência Social - SAS (1952), está diretamente ligado a pobreza aguda que aumentava em toda a sociedade brasileira, afetando inclusive aos bombeiros que em grande quantidade apresentavam dificuldades financeiras, além de problemas familiares e no trabalho. Contudo, a assistência social efetivada neste início era sob os moldes do assistencialismo e paternalismo como era promovido na época, sem a presença de regulação específica e sem o profissional de serviço social.

Em 1975, em meio a ditadura militar, criou-se o Centro de Serviço Social - CSS, sob o Comando do Major BM Aralton Nascimento Lima, que mais tarde, contaria com profissionais de serviço social (assistentes sociais civis cedidas pela Secretaria Estadual de Saúde) que realizariam suas ações de acordo com a demanda da instituição em sintonia com os conhecimentos e competências da profissão na época.

O contexto histórico dos anos 70 apresentou a intensificação das demandas dos movimentos sociais e da crise de desemprego provocada pela globalização econômica e reestruturação dos processos de produção ampliando em toda a sociedade brasileira o debate sobre a chamada “Questão Social”.

Cabe ressaltar o que Iamamoto (2001, p.16) afirma sobre “Questão Social”:

“Um conjunto de expressões das desigualdades do Estado, ou seja, constitui-se como expressão das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado, ou seja, constitui-se como expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais, no conflito entre ‘o capital e o trabalho’.”

Com o passar dos anos e a crescente demanda das atividades realizadas por estas profissionais de serviço social foi criado um espaço específico no Méier<sup>35</sup>, e em 2003, modificou-se estruturalmente para a DGAS – Diretoria Geral de Assistência Social, por meio do Decreto nº 34.214 de 29 de outubro de 2003, o então Centro de Serviço Social (CSS) da Corporação altera sua nomenclatura para DGAS, o que significou um reconhecimento do serviço ao equiparar ao nível de outras Diretorias Gerais.

---

<sup>35</sup> O bairro Méier é localizado na zona norte do município do Rio de Janeiro, o espaço a qual nos referimos localiza-se em um amplo terreno onde também está instalado o 2ºGBM e o CBA I Capital.

Conforme consta no Regimento Interno (2007), entendemos esta nova estrutura da assistência social no CBMERJ da seguinte forma:

“A Diretoria Geral de Assistência Social – DGAS é o órgão que tem por finalidade: planejar, orientar, coordenar e fiscalizar toda e qualquer atividade de assistência social no âmbito do CBMERJ (...) A DGAS tem a função normatizar o atendimento prestado pelos Oficiais do Quadro de Oficiais Combatentes - QOC, Quadro de Oficiais de Saúde – QOS (Assistentes Sociais e Psicólogos), Oficiais Capelães (Padres e Pastores) e civis lotados na DGAS e nos órgãos subordinados à mesma.” (Regimento Interno, § 1º e § 3º Fls. 7927 e 7928 Bol. Nº216 de 27/11/07).

Após 8 (oito) anos de configuração enquanto Diretoria Geral de Assistência Social (DGAS) modifica-se para Diretoria de Assistência Social (DAS) através da alteração na estrutura da SEDEC<sup>36</sup> através do Decreto nº 43.200 de 15/09/2011.

Por meio deste Decreto muitas mudanças aconteceram na estrutura do CBMERJ como um todo, assim se reuniu na Diretoria Geral de Pessoal (DGP) tanto a DAS como a Diretoria de Inativos e Pensionistas (DIP), ambas diretorias deixaram de ser uma Diretoria Geral e passam a ficar sob a sua subordinação. Aparentemente esta mudança restringem as ações e se entrelaçam as diretrizes da DGP, centralizando as atividades em torno do quadro funcional do CBMERJ.

Deste modo, as ações de assistência social da DAS foram sendo construída ao longo dos anos a partir de revisões e reflexões de profissionais de serviço social em mediação com as exigências profissionais da Instituição do CBMERJ, tendo em vista que reúne na mesma Diretoria profissionais do serviço de capelania<sup>37</sup> e de psicologia<sup>38</sup>, na busca de organizar e atender as múltiplas demandas que emergem frente às situações de risco e vulnerabilidades que atingem os bombeiros militares da Corporação.

Assim, neste sentido, podemos afirmar que a DAS realiza suas várias atividades buscando sintonizar as exigências institucionais e profissionais de acordo com o que está descrito no Regimento Interno da DAS, bem como, o que preconiza a Lei de Regulamentação da Profissão, e o Projeto Ético Político do Serviço Social, sem deixar de considerar a Lei 880, Estatuto dos Bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro.

Contudo, verificamos que esta Diretoria se compõe principalmente de profissionais de serviço social, formados com a competência e atribuições específicas para atuar nas diferentes

---

<sup>36</sup> SEDEC – Secretaria Estadual de Defesa Civil.

<sup>37</sup> A Capelania refere-se a religiosos evangélicos e católicos, chamados de capelão, que dão suporte ao CBMERJ nesta área, estes por sua vez também estão sob o regime militar da Corporação.

<sup>38</sup> O profissional de psicologia não realiza atendimento direto aos bombeiros sob a perspectiva clínica, mas atua como assessor de projetos na Diretoria de Assistência Social.

políticas sociais setoriais, inclusive na assistência social.

Descrevemos a seguir a vinculação do profissional de serviço social de caráter militar, tendo em vista que antes o quadro de profissionais assistentes sociais era apenas de vínculo civil através da Secretaria Estadual de Saúde por elas estarem cedidas para dar suporte ao CBMERJ. A inserção do assistente social na carreira militar fez-se necessário diante da complexidade das ações impulsionadas por demandas sociais a esta Diretoria.

### **3.2 A chegada de profissionais de serviço social na carreira militar**

O primeiro concurso para profissionais de serviço social no cargo da carreira militar aconteceu no ano de 2002, sendo nomeadas 14 assistentes sociais, que foram distribuídas em toda a Corporação (CBMERJ) na área da defesa civil, educação, saúde e da assistência social indicando o aumento da necessidade de atuação destes profissionais em diferentes áreas<sup>39</sup>.

Ao longo dos seis anos que se seguiram algumas ações e projetos se realizaram com integração entre saúde e assistência social como aqueles voltados para o “Planejamento familiar”, a saúde e a educação estadual com o PSE (Programa Saúde na Escola) e outros.

Importante ressaltar que a política de assistência social no âmbito acadêmico do debate e as atuações na sociedade brasileira ganhou novos horizontes com a instituição em 2004 da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e em 2006 a Política de Assistência Social das Forças armadas - PASFA, sinalizando uma força no debate em torno da temática da assistência social na sociedade como um todo e também nas instituições militares.

O Regimento Interno<sup>40</sup> da DGAS foi instituído em 27 de novembro de 2007, sob a direção do Cel BM Júlio César da Silva Menezes, elaborado na sua gestão em conjunto com a equipe de profissionais de serviço social com vínculos civis e militares. De modo que nos últimos 10 anos de sua elaboração, este Regimento, se encontra em reformulação pela equipe desta Diretoria.

Ao utilizar como referência este primeiro Regimento, podemos observar em seu segundo parágrafo (§ 2º), a orientação para a execução da Assistência Social a partir dos seguintes termos: “para consecução de sua finalidade, compete a DGAS prestar assistência

---

<sup>39</sup> Considerando a RESOLUÇÃO CFESS N.º 383/99 de 29/03/1999, o profissional de serviço social, pode estar inserido em diversas políticas setoriais (saúde, assistência social, proteção e defesa civil, educação, entre outras), uma vez que atua nas diversas expressões da “Questão Social”;

<sup>40</sup> O Regimento Interno, na época, da Diretoria Geral de Assistência Social (DGAS) foi tornado público no âmbito do CBMERJ através da NOTA DC/CEMG 557/2007 publicada em BOLETIM SUBSEDEC/CBMERJ N° 216 DE 27/11/2007.

social com o objetivo de garantir direitos e qualidade de vida ao Bombeiro Militar e seus dependentes legais (...)” (Regimento Interno, § 2º p. Fl. 7927 Bol. Nº216 de 27/11/07).

Em 2008, foi realizado o segundo concurso público do CBMERJ de carreira militar com vagas específicas para o quadro de saúde com profissionais também de serviço social. Estes profissionais de saúde, inicialmente, foram direcionados para compor um projeto específico de governo para ampliação do serviço de atenção à saúde com base no modelo intermediário denominado *Unidade de Pronto Atendimento* (UPA) em todo o estado do Rio de Janeiro tendo em vista a união entre a Secretaria Estadual de Defesa Civil e a Secretaria Estadual de Saúde no ano anterior.

Contudo, apesar do número expressivo de 100 (cem) profissionais de serviço social que ingressaram na Corporação através do concurso de 2008, nenhum profissional foi lotado inicialmente na DGAS, a maioria, assim como os demais profissionais de saúde deste concurso, foi destinada para compor o efetivo da UPA que teve sua ampliação nos anos posteriores sob a responsabilidade do governo estadual em parceria com o governo federal.

Quando nos referimos ao Serviço Social<sup>41</sup>, tomamos como entendimento o que se encontra descrito em sua lei de regulamentação da profissão e o que compõe o Regimento Interno da DGAS:

“(...) uma profissão que atua no campo das políticas sociais, entre estas, a da Assistência Social. Opõe-se ao assistencialismo através de uma prática que visa a expansão dos direitos e a emancipação da sociedade. A profissão dispõe de autarquias que fiscalizam e orientam o exercício profissional e defendem os interesses da sociedade em relação aos serviços prestados pelo Assistente Social.” (Regimento Interno, Item X do Art. 3º Fls. 7929 Bol. Nº216 de 27/11/07).

Diante disso, podemos afirmar que o Serviço Social é uma profissão que tem como objeto de trabalho as relações sociais e seus reflexos na dinâmica social, principalmente no que tange às múltiplas dimensões da Questão Social (Iamamoto, 1982).

Torna-se necessário destacar que o serviço social é uma profissão que está inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, assalariada, cujo objeto de trabalho são as relações sociais, refletidas através da Questão Social em suas múltiplas dimensões na sociedade. Devemos considerar a oferta de serviços de saúde e assistência social com qualidade e igualdade de direitos sendo esta uma das dimensões presente na questão social.

Portanto, a possibilidade de oferta de serviços socioassistenciais fundamentados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) vai ao encontro de atender as variadas

---

<sup>41</sup> Profissão de nível superior regulamentada pela Lei Federal 8.662/1993.

demandas sociais que se revestem pela Questão Social em suas múltiplas dimensões. Neste sentido, categorias como matricialidade da família, a qualidade de vida e o direito de igualdade no acesso aos benefícios, bens e serviços, compõem condição *sine qua non* para implementação desta Política.

No campo específico da assistência social no Corpo de Bombeiros do Rio Janeiro, esse profissional de serviço social se propõe ao desafio de realizar sua atuação nas diversas problemáticas que envolvem o *modus operandi* da profissão do Bombeiro Militar, considerando as relações sociais, familiares e comunitárias que este mantém cotidianamente.

Este desafio se caracteriza tanto pela estrutura incipiente em atender aos bombeiros que desconhecem seus direitos, como pela variedade de riscos e vulnerabilidades aos quais estão expostos os bombeiros.

A qualidade de vida como reflexo de boa saúde e bem-estar nos conduz a uma abordagem de saúde ampliada, não apenas como ausência de doença, mas a percepção de saúde correlacionada a questões socioeconômicas, culturais, físicas, mentais e emocionais.

Enquanto profissional do quadro de oficial da saúde e sendo o assistente social um profissional desta área de saúde, o mesmo tem sua atuação no desvelamento das diversas problemáticas que envolvem o processo saúde - doença, baseando-se no conceito ampliado de saúde - pautado na promoção, proteção e recuperação, sob a concepção do usuário como um ser biopsicossocial.

Sem perder esta perspectiva, a DGAS no CBMERJ, após alguns debates internos traçou algumas estratégias para realizar o enfrentamento das dimensões da Questão Social, sob as seguintes frentes principais de ação, conforme em seus registros em Relatório (2010), a saber:

#### Quadro 4 – Estratégias traçadas pela DAS em 2010

- a construção de uma cultura de gestão pactuada (em diálogos individuais e coletivos);
- sistematização da prática por meio de estudos e pesquisas provenientes dos registros de serviço, visando a qualificação e a ampliação da capacidade de percepção e apreensão das demandas implícitas e explícitas;
- a construção de uma cultura de gerenciamento de projetos pela técnica do Project Management Institute - PMI;
- a adoção da cultura do estágio obrigatório em parceria com diferentes universidades, no sentido de manter diálogo permanente com a Academia e fomentar a reflexão e a crítica (no momento em processo de adequação);
- a adoção das novas Tecnologias de Informação e Comunicação como instrumentos de apoio à Gestão através da construção de Sistema de Gestão da Informação, garantindo uma gestão transparente dos serviços prestados;
- a concretização de um campo profissional para permanente reflexão chamado Planejamento, com a conquista de espaço físico e profissionais destinados ao estudo do saber/fazer do serviço social, em contraponto, organizou-se a Equipe Técnica de Atendimento em Serviço Social de tal modo que estes, além dos atendimentos cotidianos, passaram a ter incorporados às suas práticas a perspectiva de organização,

sistematização, e a disseminação entre os pares dos resultados, visando a ressignificação das políticas propostas pelos profissionais do planejamento.

Fonte: Elaborado com base no Relatório de gestão da DAS

Neste contexto, concordamos com Vieira (2016) que ao observar o Serviço Social no CBMERJ concluiu, o seguinte:

“Assim, o Serviço Social conseguiu não apenas reconduzir seu papel de historicamente subalternizado e ignorado, para o papel de setor altamente estratégico, onde o setor consegue ter no seu escopo de intervenção básica, todo um conjunto informacional que reconduziu além desse papel da categoria, mas também promoveu fortemente a ressignificação da cultura institucional sobre o saber/fazer do Serviço Social do CBMERJ.” (VIEIRA:2016, 28)

Diante das exigências profissionais que o assistente social enfrenta cotidianamente em seu espaço ocupacional na DAS do CBMERJ observamos que o estudo e a pesquisa são instrumentos imprescindíveis na superação dos desafios que se apresentaram ao longo dos anos e ainda se apresentam atualmente a estes profissionais de serviço social.

Considerando ser o assistente social um profissional que atua na questão social através de políticas sociais públicas, torna-se necessário utilizar instrumentos múltiplos para efetivar sua atuação profissional em todo o local de inserção profissional, neste sentido, reconhecemos a pesquisa em serviço social como algo primordial em seu cotidiano.

Contudo, neste momento iremos apresentar de maneira sucinta um resumo com os estudos e as pesquisas realizadas pelos profissionais que compõem a equipe da Diretoria de Assistência Social no CBMERJ nos últimos anos, no período de 2013 a 2018, que contribuíram para o debate e a reflexão sobre as atividades executadas por esta diretoria. Estes estudos foram realizados a partir da exigência institucional de capacitação de oficiais superiores conforme disponibilidade de vaga e preenchimento dos requisitos de exame documental, de saúde e de aptidão física<sup>42</sup>.

Importante ressaltar que as pesquisas realizadas exigiram um empenho individual significativo, bem como o apoio da estrutura institucional que foram de extrema importância para a conclusão dos estudos e sua posterior projeção nas ações da prática profissional cotidiana na Diretoria de Assistência Social.

Sabemos que as possibilidades de estudo são diversas e as problemáticas vivenciadas são bastante variadas, tanto por questões objetivas como subjetivas, portanto, a produção científica resultante das pesquisas ora citadas reflete a busca por compreensão da realidade a

---

<sup>42</sup> A seleção acontece a partir da abertura das vagas e chamada em boletim interno, com necessidade de inscrição no curso próprio e apresentação de documentos e exames específicos de saúde, além de prova física, cujos critérios estão relacionados a idade que o bombeiro militar possui.

qual os profissionais desta diretoria realizaram em meio as exigências profissionais e institucionais com que se deparavam no exercício profissional a época de sua elaboração. Contudo, não será abordado cada pesquisa individualmente, pois não tivemos a cesso a estes estudos na íntegra.

Portanto, cientes das inúmeras dificuldades<sup>43</sup> passadas por estes profissionais estudiosos e da importância das pesquisas realizadas por eles nos propomos a voltar os nossos olhares e atenções para as produções científicas provenientes da equipe da DAS nos últimos 5 anos (2013 a 2018), com o intuito de reconhecer no percurso realizado, bem como os avanços e os desafios presentes neste espaço socioocupacional do serviço social no CBMERJ.

Cabe sinalizar a importância da pesquisa no exercício profissional de serviço social como norteadora de ações inovadoras no local de trabalho em que estamos inseridos.

Observemos a tabela ilustrativa abaixo para ter uma visualização panorâmica dos estudos realizados pela equipe da DAS desde o ano de 2013 através do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) que auxiliam na efetivação da prática profissional do serviço social neste espaço socioinstitucional.

Quadro 5 – Estudos realizados na DAS (período 2013-2018)

	<b>Título do estudo – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)</b>
1	Política de Assistência Social no CBMERJ: a descentralização como meio de aproximação do Direito Social ao Bombeiro Militar e sua família
2	Contribuição do Serviço Social na gestão de pessoas para redução de absenteísmo no CBMERJ
3	Entre os altos e baixos do Welfare State: a construção dos índices de qualidade de vida e vulnerabilidade social do bombeiro militar do Estado do Rio de Janeiro
4	Dependência química entre os Bombeiros militares e as ações de prevenção primária e secundária realizadas pela DAS
5	Planejamento Familiar
6	A contribuição da educação permanente para a garantia dos direitos sociais dos Bombeiros Militares
7	Mobbing: um estudo sobre a percepção dos Bombeiros Militares sobre o Assédio Moral

Fonte: Dados fornecidos pela DAS

A partir das temáticas apresentadas nos estudos descritos acima, ao observar as ações realizadas pela DAS, podemos verificar o quanto a pesquisa se desdobrou e possibilitou a realização de ações concretas a saber:

O estudo 1, contribuiu para a expansão e consolidação da Política de Assistência Social em todo o território estadual; O estudo 2, favoreceu a ampliação dos estudos dos afastamentos para todo o CBMERJ; O estudo 3, vislumbrou o Censo de Assistência Social do CBMERJ; O estudo 4, possibilitou a criação da proposta de Implementação do ciclo de prevenção secundária em dependência química; O estudo 5, apresentou a proposta de criação

<sup>43</sup> Podemos citar como dificuldades: a distância do local onde as aulas são ministradas, acréscimo da demanda do estudo a atuação no meio profissional, e o desafio no processo ensino aprendizagem em meio ao regime militar para profissionais da saúde.

de um serviço de planejamento familiar no CBMERJ; O estudo 6, embasou a realização das oficinas itinerantes de educação permanente. O estudo 7, fomentou o debate sobre a relevância de oficinas itinerantes informativas sobre assédio moral.

Assim, podemos concluir que os estudos da equipe da Diretoria de Assistência Social foram pesquisas impulsionadoras de reflexões e de práticas propositivas, construindo nova compreensão e novas ações da política de assistência social no sentido de dar um direcionamento sólido a atuação do serviço social na corporação.

Mais adiante voltaremos nossos olhares para a proposta de descentralização que interfere significativamente na gestão e no planejamento da DAS nos últimos anos, apresentando-se como uma necessidade real de ampliação do escopo desta diretoria.

Deste modo, apresentaremos a seguir as atividades e ações socioassistenciais de caráter individual e coletivo realizadas pela DAS que foram possíveis no decorrer dos anos que seguiram após as reflexões quanto a importância do planejamento na gestão das ações propostas.

### **3.3. A Diretoria de Assistência Social em ação e o perfil do público atendido**

A Diretoria de Assistência Social realiza suas atividades direcionadas a atender algumas demandas específicas em relação ao efetivo militar do CBMERJ através das seguintes formas individualizadas e coletivas:

- Emissão da Carteira de Saúde por meio de impressão após verificação em sistema próprio, de modo a possibilitar o acesso aos serviços de saúde da corporação aos dependentes de militares e pensionistas, com validade por dois anos;
- Polos de Serviço Social descentralizados para atendimentos aos bombeiros militares e seus dependentes nas suas variadas demandas;
- Um sistema de gestão de informação (SGI) que aproxima e agiliza a informação/comunicação da equipe e dos atendimentos realizados nas diferentes localidades do Estado do RJ;
- Um setor específico para o “Seguro de acidente pessoal”<sup>44</sup> e outro para “Mudanças em caráter emergencial”;
- Gestão de todo processo de inscrição e seleção das vagas na Fundação Osório que são ofertadas por esta instituição de ensino aos militares do CBMERJ;

---

<sup>44</sup> Trata-se da gestão de seguro junto ao atual contrato do governo do estado junto à **Gente Seguradora**.



- Gestão de escalas mensais de Emergência Social por região no sentido de atender com prontidão qualquer demanda feita a DAS de caráter social.

O atendimento individualizado ao público-alvo<sup>45</sup> acontece a partir de demanda espontânea sem agendamento prévio, que se caracterizam em orientações diversas, tais como: acesso ao sistema de saúde da Corporação, adiantamento para despesas do funeral de dependente, auxílio funeral, orientações para inclusão de dependente junto a DGP, assédio moral, encaminhamento para tratamento de dependência química, solicitação de insumos de saúde ou ainda na abertura de processos administrativos específicos, a saber: Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, Licença Especial em Caráter Excepcional, Inclusão de dependentes de militares ativos com vínculo permanente, Cesta básica (em caráter emergencial).

Em sua trajetória de ações socioassistenciais a Diretoria de Assistência Social sempre buscou realizar projetos e ações preventivas e promocionais para atender as peculiaridades das demandas apresentadas pelos bombeiros militares.

#### Projetos/Ações realizados pela DAS até o ano de 2018:

- Projeto “Serviço Social Itinerante” – Visita do profissional do serviço social da DAS para atendimento nos Grupamento e Destacamentos, sem Polo de Serviço Social, no sentido de possibilitar o acesso as informações referentes aos direitos dos bombeiros no CBMERJ;
- Regularização cível – Conhecido como o “Casamento Comunitário” visando regularizar a situação civil em parceria com o poder judiciário;
- Projeto Multidisciplinar de Qualidade de Vida: Educação e Prevenção no Combate à Dependência Química – Palestras realizadas nos Grupamentos e nos Destacamentos do CBMERJ visando a prevenção primária ao uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Projeto de Prevenção de Doença Ocupacional do CBMERJ<sup>46</sup> – Palestras realizadas nos Grupamentos e nos Destacamentos do CBMERJ visando a reflexão sobre o tema junto aos militares no sentido de alertar quanto as possibilidades de cuidado da saúde, prevenção de doenças laborais e incentivo a atividades físicas com objetivo de promoção à saúde;
- Projeto “Educação Financeira” – Em parceria com a Escola de Finanças do governo do

<sup>45</sup> Bombeiros militares (ativos ou inativos), seus dependentes ou pensionistas.

<sup>46</sup> Projeto de origem do gabinete do comando do Estado-Maior envolvendo outras diretorias que resultou na produção de vídeos educativos com exercícios laborais conforme as atividades realizadas pelos bombeiros militares em suas variadas funções exercidas cotidianamente.

Estado, um profissional especializado no assunto realizou palestras aos bombeiros militares (ativos e inativos) e também aos seus dependentes nos Grupamentos do CBMERJ no sentido de orientar e esclarecer quanto aos gastos financeiros, além de orientações específicas com agendamento por parte de demanda espontânea;

- Participação com palestras nas Ações Cívico-Comunitárias em conjunto com as Forças Armadas Brasileira<sup>47</sup>;
- Apoio operacional na prevenção e combate às doenças associadas às arboviroses em parceria com a DGS – por meio de palestras visando a ampliação de acesso às informações sobre o tema a todo o efetivo da Corporação.
- Algumas ações educativas pontuais, como: setembro amarelo; outubro rosa; novembro azul; prevenção às ISTs/AIDS<sup>48</sup>, álcool e direção: combinação perigosa, e também a violência contra a mulher;
- Algumas Ações Sociais – organização do evento em parceria com CBAs e policlínicas na oferta de serviços de saúde e lazer aos bombeiros e seus familiares;

Portanto, neste momento, com base nos dados obtidos pelo Sistema de Informação e Gestão (SIG) da DAS, tornou-se possível visualizar, quantitativamente, o perfil do público-alvo da política de assistência social no CBMERJ através da caracterização do atendimento individual realizado por esta diretoria no ano de 2018 que totalizou 5.426 usuários atendidos.

Lembrando que o público que busca o atendimento social na DAS são militares ativos e inativos, seus dependentes e também as pensionistas, esta variedade torna a caracterização do perfil difícil de ser realizada com clareza, pois abrange tanto trabalhadores ativos como inativos e também seus familiares, contudo, utilizaremos os dados que nos foram disponibilizados ciente das limitações que eles nos apresentam, tendo em vista reconhecer a importância destas informações pertinentes ao trabalho realizado na DAS.

Considerando que cada atendimento pode vir a se desdobrar em acompanhamentos e/ou processos que prolongam o vínculo do sujeito atendido ao profissional, Assistente social, que o atendeu e assim muitos atendimentos são difíceis de serem mensurados devido a sua

---

<sup>47</sup> As Ações Cívico-Comunitárias foram realizadas no período da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, esta intervenção foi a decisão do Governo Federal do Brasil de intervir na autonomia do estado do Rio de Janeiro, através da aplicação do art. 34 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de amenizar a situação da segurança interna por meio do Decreto n.º 9.288 ( este período corresponde de 16 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018). Foram realizadas 3 (três) Ações Cívico-Comunitárias em espaços escolares nas regiões: da Vila Kennedy na zona Oeste do município do RJ, da Praça Seca em Jacarépagua e do Salgueiro no município de São Gonçalo.

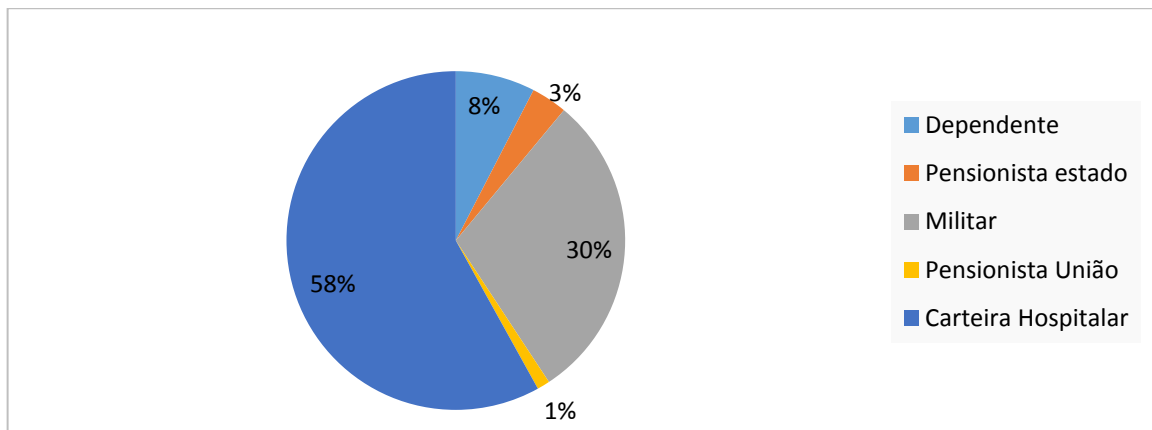
<sup>48</sup> ISTs: Infecções Sexualmente Transmissíveis.

regularidade<sup>49</sup>.

Inicialmente, apresentamos os dados sobre o vínculo que o usuário do serviço de assistência social possui com o CBMERJ, ou seja, este sujeito está inserido neste sistema de proteção social por ser militar (ativo/inativo) ou familiar (dependente/pensionista). Vale ressaltar que neste gráfico destacam-se os atendimentos por solicitação da carteira hospitalar, por serem mais da metade dos registros.

Deste modo, no gráfico 2, 1612 militares foram atendidos (30%), 412 atendimentos aos dependentes de militares (8%) e 186 referem-se aos pensionistas do estado (3%) e 66 aos pensionistas da união<sup>50</sup> (1%), de modo que a carteira hospitalar necessária aos dependentes para atendimento nas unidades de saúde do CBMERJ com validade de 2 anos foram solicitadas 3150 e foram a maioria dos registros, verificamos abaixo o percentual de distribuição dos atendimentos conforme o vínculo com o CBMERJ das pessoas atendidas.

Gráfico 2 – Vínculo com o CBMERJ dos usuários atendidos

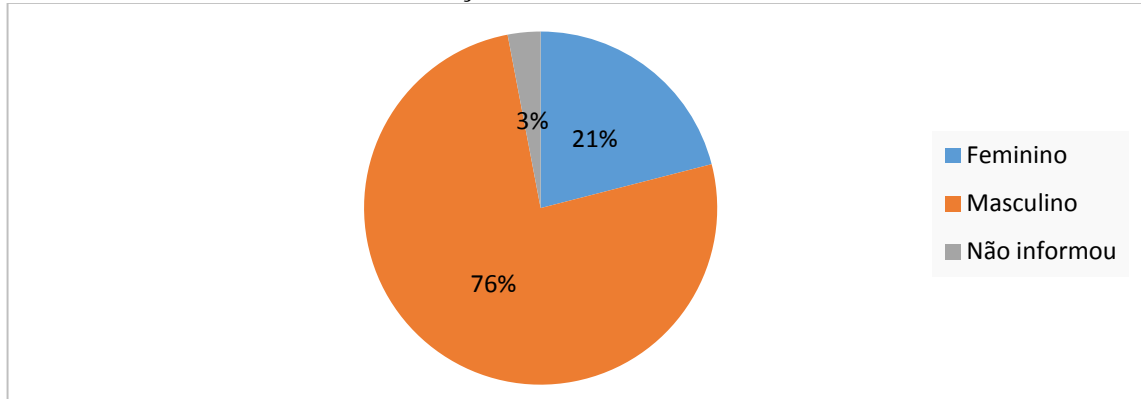


Quanto ao gênero, assim como a maioria do efetivo de militares, o masculino foi a categoria mais atendida na DAS, correspondendo a 4115 homens e a 1175 mulheres atendidas. Observemos a seguir o gráfico 3 com esta distribuição.

<sup>49</sup> Um exemplo de atendimento assim é quando um militar da ativa sofre um acidente (em serviço ou em sua residência) fica internado e recebe alta médica com uma dependência física temporária, sem condições de auxílio no cuidado é necessário realizar abordagem familiar para ampliar sua rede de apoio, se o militar estava no limite de suas dívidas precisará de um auxílio com cesta básica, e pela dificuldade de locomoção vai precisar de cadeira de rodas e cadeira de banho, dentre outros desdobramentos que podem se apresentar em uma abordagem sob a perspectiva social, mesmo que se origem demandas devido a saúde do militar.

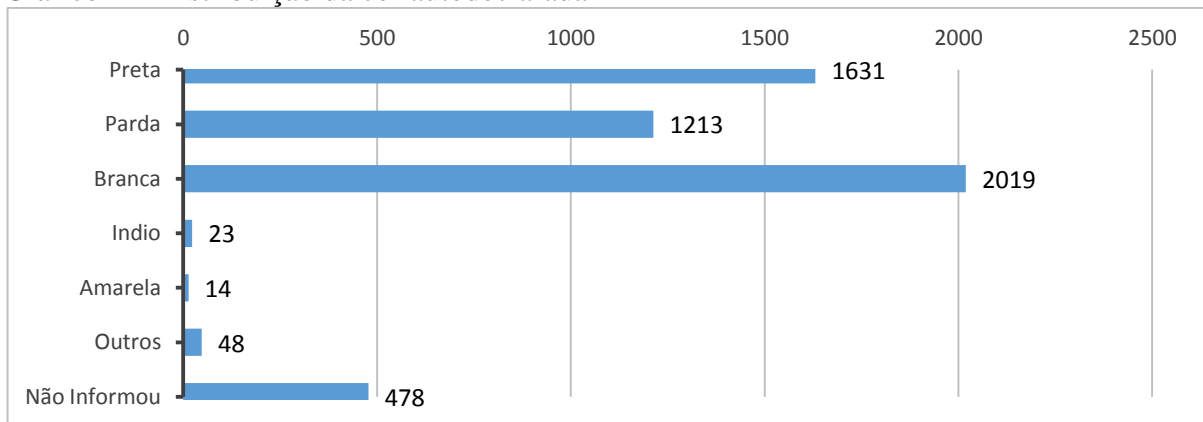
<sup>50</sup> Esta distinção entre pensionistas (vínculo com o estado ou com a união) se deu pela origem do vínculo do bombeiro militar à época em que a Corporação ainda se constituía na estrutura do Rio de Janeiro como capital do Brasil, modificada quando o Distrito Federal passou ser em Brasília em 1975.

Gráfico 3 – Atendimentos em Relação ao Gênero



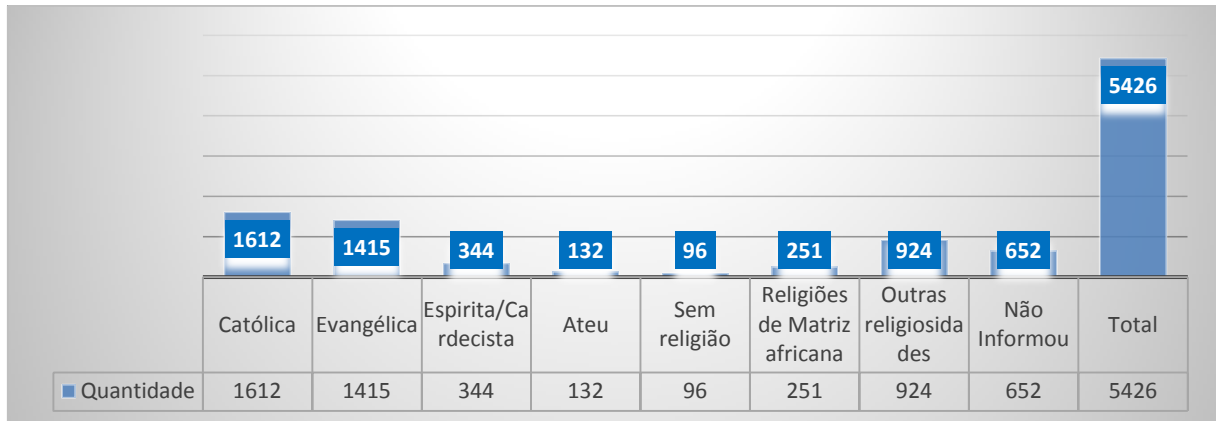
Ao que se refere a cor autodeclarada, aos atendidos pelo sistema socioassistencial, informaram, em sua maioria (2019) serem de cor branca, seguido de 1631 de cor preta e 1213 de cor parda.

Gráfico 4 – Distribuição da cor autodeclarada



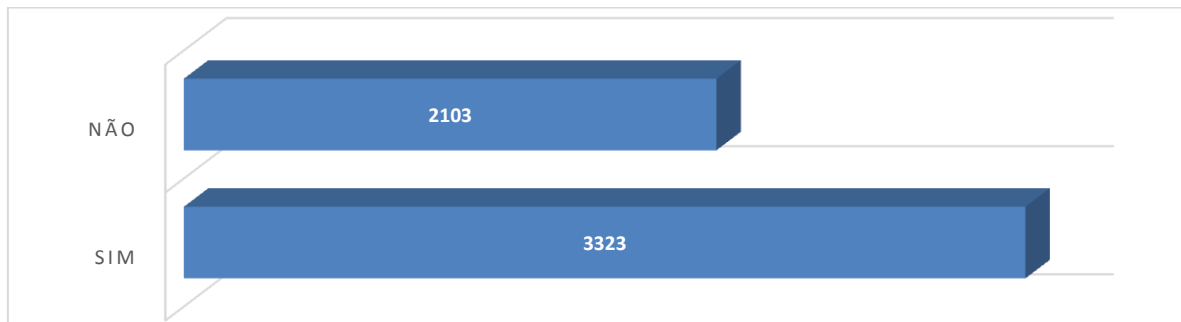
Quanto a religião observamos que há uma grande diversidade, sendo a maioria católica 1612, seguida da evangélica 1415 e espírita/kardecista 344.

Gráfico 5 – Distribuição da religião



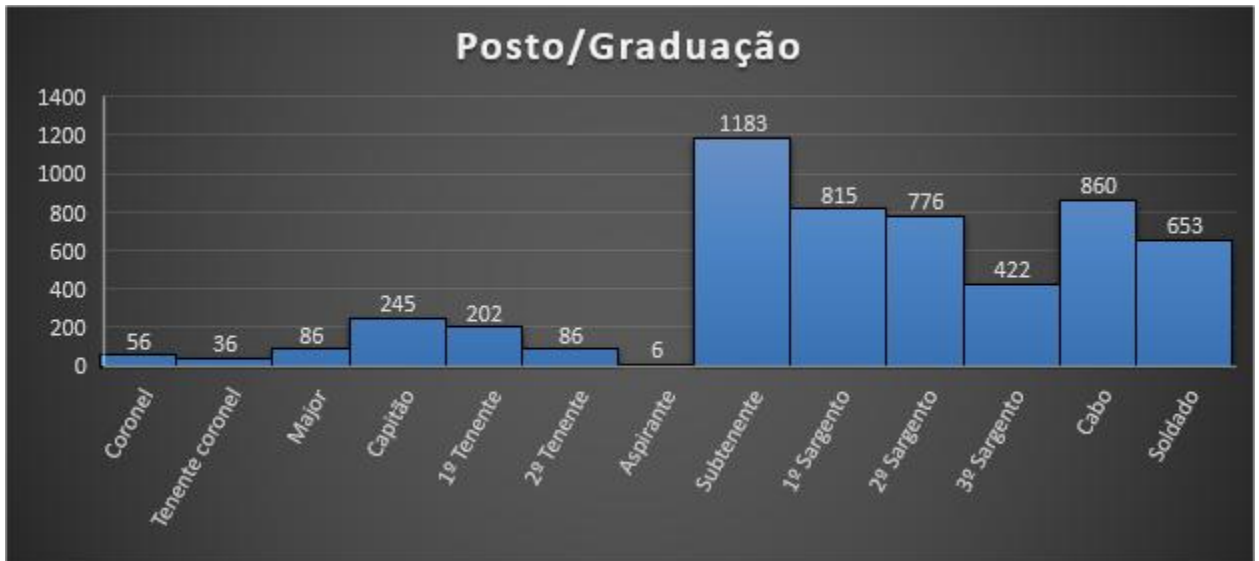
Assim, a maioria dos usuários dos serviços socioassistenciais se declararam ser o responsável principal, financeiramente, por seu domicílio (3323), ou seja, se a fonte de renda destes se comprometem em determinado mês (por atrasos de pagamento ou por empréstimos) todos do domicílio se encontram sem ou com uma reduzida fonte de renda para seus gastos. Como podemos observar no gráfico 6:

Gráfico 6 – Responsável pelo domicílio



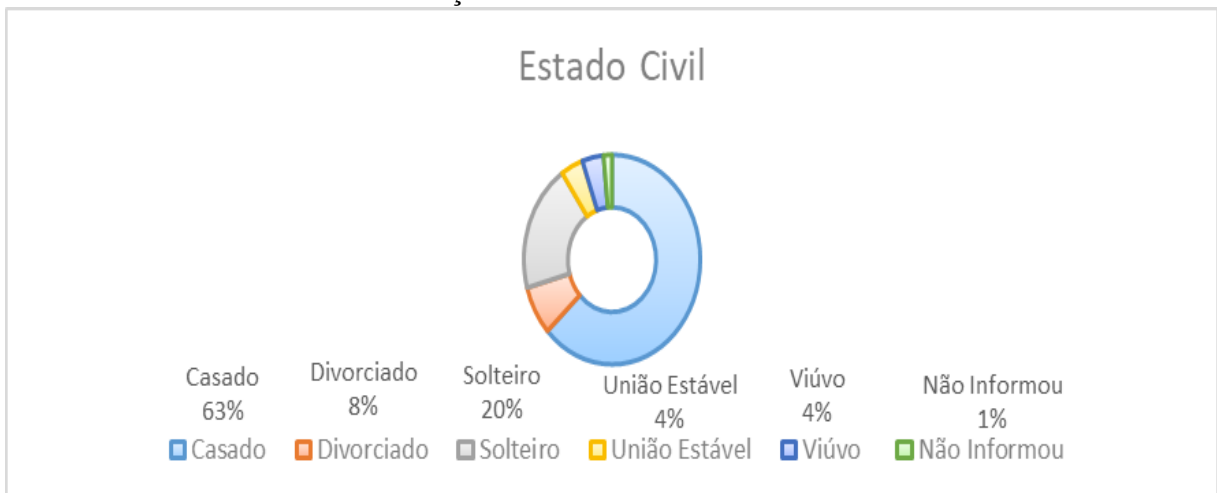
Quanto ao registro do atendimento na caracterização entre praças (4709) e oficiais (707), constatamos ser o praça aquele que mais busca atendimento na DAS. O posto de subtenente (1183), dentre os praças, é da maioria dos atendido, assim como na maioria da corporação a maioria dos militares se encontram neste posto. A graduação de capitão (245) é registrado como o maior dentre os oficiais. A distribuição entre os oficiais em seu posto e o praça em sua graduação se encontra discriminado no gráfico 7.

Gráfico 7 – Distribuição entre posto/graduação



Quanto ao estado civil (ver gráfico 8), a maioria é casado (3423), seguido de solteiros (1073) e de divorciados (412), sendo bem aproximado a quantidade de viúvos (212) e de união estáveis (222).

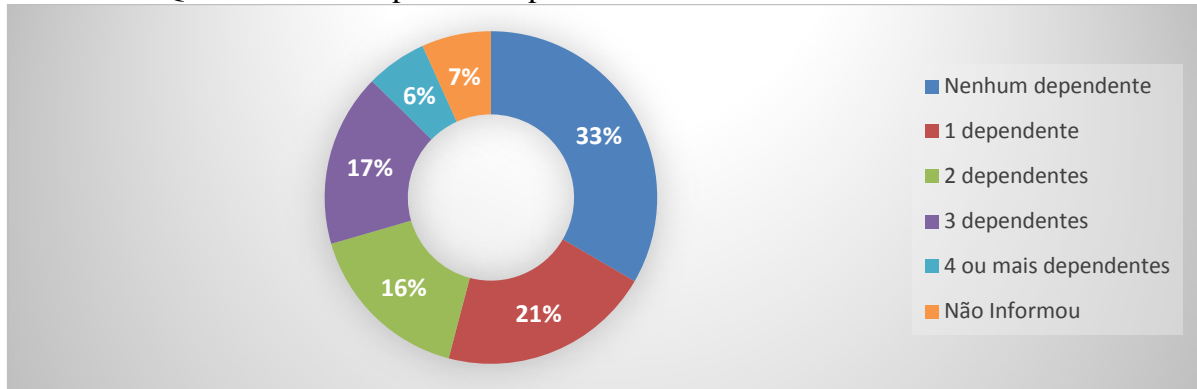
Gráfico 8 – Atendimentos em relação ao Estado Civil



Quanto a quantidade de dependentes, a maioria não possui registro de dependente 1812, o que nos chama a atenção, de modo que pode estar sinalizando duas situações diferenciadas, uma é que o militar ainda não incluiu um dependente, tendo em vista que a maioria é casado, seria ao menos a inclusão do cônjuge como dependente, o que ainda pode significar o casamento entre militares, de modo que tal situação não exige a inclusão enquanto dependente, uma vez que o mesmo já tem acesso ao sistema de proteção social (atendimento em saúde e assistência social) do CBMERJ. Outro motivo para a não inclusão pode estar

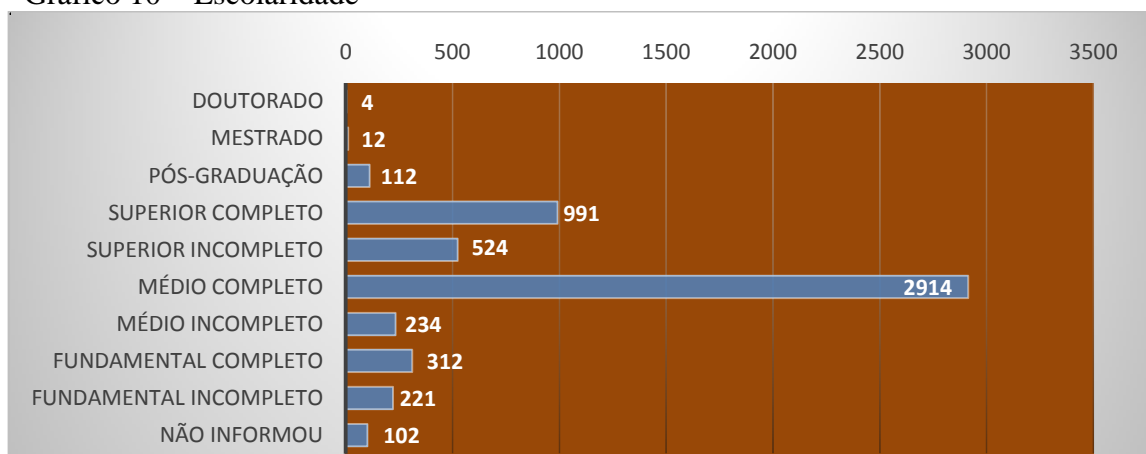
associado a exigências burocráticas ou ainda significar que o militar não incluiu por alguma dificuldade de compreensão quanto a necessidade e importância de registro de um dependente. Seguido daqueles que incluíram apenas 1 dependente (1123); depois 3 dependentes (913); e 2 dependentes (891).

Gráfico 9 – Quantidade de Dependentes por BM



Quanto a escolaridade, a maioria concluiu o ensino médio completo (2914), sendo 991 que informaram concluir o ensino superior completo e 524 aqueles que possuem ensino superior incompleto que pode significar duas situações, uma que estão com estudos em andamento ou outra contrária que pararam os estudos. Outro ponto importante é que há pessoas atendidas em todas as modalidades de instrução, significando, a busca pelo atendimento na DAS que, independe do grau de instrução que a mesma possui, não sendo um limitador do atendimento.

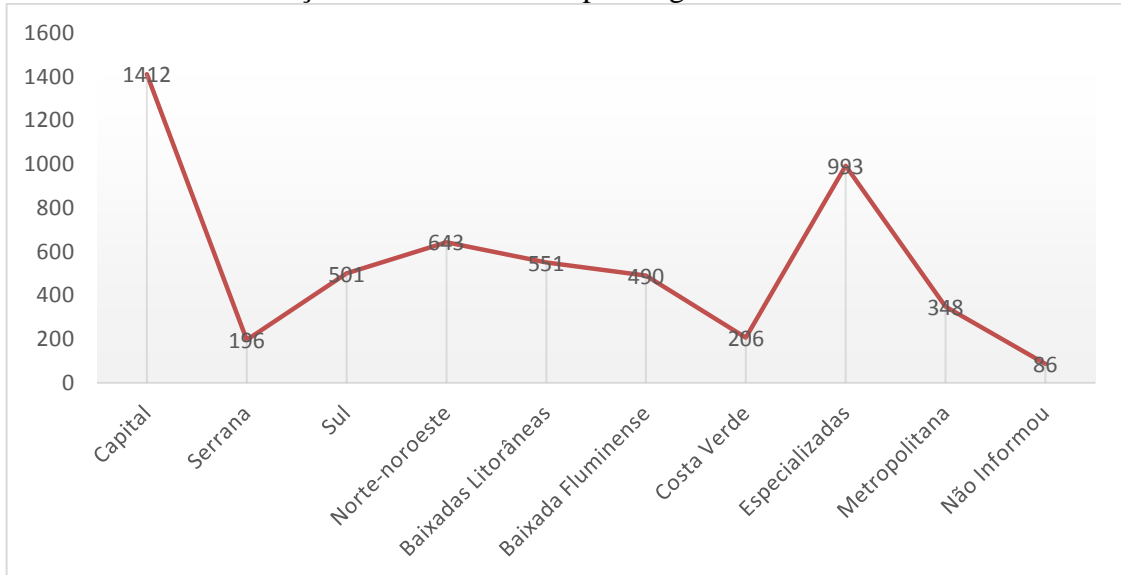
Gráfico 10 – Escolaridade



Quanto a caracterização dos atendimentos por região, podemos verificar que a capital, sendo considerada a sede da DAS comporta o maior número de atendimentos realizados (1412), seguida das especializadas que unem a DIP e o GEP (993), a região norte-noroeste

(642), sendo esta a primeira região a fazer parte da descentralização da DAS possui uma maior adesão e procura por parte dos usuários do serviço socioassistencial.

Gráfico 11 – Distribuição dos atendimentos por Região



Observamos como os atendimentos realizados pela DAS se distribuem entre os procedimentos descritos e categorizados a partir das demandas que se apresentam por meio dos registros no Sistema de Gestão de Informação – SGI.

Quadro 6 – Quantidade de procedimentos realizados pela DAS em 2018

Procedimentos realizados	Quantidade
Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família - LTSPF	812
Licença Especial em Caráter Excepcional - LECE	202
Orientação sobre Pensão Alimentar	32
Orientação Dependência Química	21
Programa Anual de Registro Cível (casamento)	2
Outros Insumos de Saúde	11
Violência Dom. e Intrafamiliar	6
Solicitação de Órteses e Próteses	3
Seguro especial do Estado	17
Orientação sobre Auxílio Funeral	23
Redução de Jornada de Trabalho	33
Mudança Social	18
Assédio Moral	1
Orientação Auxílio Adoção	2
Orientação Licença Maternidade	3
Orientação Licença Luto	2
Outros Atendimentos Diversos	2406
Orientação Inclusão de vínculo Permanente	37



Solicitação de Carteira Hospitalar	1795
Total	5426

Fonte: SGI – DAS, 2018

Quanto ao tipo dos procedimentos realizados no atendimento da DAS observamos que os atendimentos diversos (2406) e a solicitação de carteira hospitalar (1795) são as demandas em maior número nos atendimentos realizados. O que significa que há uma necessidade urgente de se caracterização dos atendimentos diversos para melhor conhecer as variadas demandas emergentes, bem como o acesso das pessoas a DAS através da solicitação de carteira hospitalar que pode vir a significar um desdobramento e aproximação ao atendimento no setor da assistência social no CBMERJ.

Em destaque, torna-se importante sinalizar que duas demandas de grande vulto ao atendimento na DAS se refere a LATSPF (licença para acompanhar tratamento de saúde da pessoa da família) e a LECE (licença excepcional em caráter especial), os atendimentos relacionado a estas demandas estão diretamente ligadas a DGP, tendo em vista que geram processos administrativos a esta diretoria e são direitos dos bombeiros militares que exigem critérios de liberação bem específicos assegurados pelo Estatuto do Bombeiro Militar.

Quanto a LATSPF que se refere a licença para acompanhar tratamento de saúde da pessoa da família, podemos dizer que é um processo que assegura ao militar acompanhar o seu familiar através do atendimento na DAS e da articulação com o seu responsável direto sem precisar passar por alguma burocracia a mais que impessa o cuidado ou o acesso a este benefício que apresenta ser de suma importância quanto a responsabilidade do militar assumir o cuidado de seus familiares sem deixar de se comprometer com seu serviço por questões de preocupação com seu familiar.

Em relação a LECE é uma licença excepcional em caráter especial, cuja duração total pode ser de 6 meses corridos ou ainda 3 ou 2 meses com intervalo de alguns meses entre si, havendo a necessidade de justificar seu caráter especial, tendo em vista que toda licença especial possui previamente uma programação anual de solicitação direta por meio da seção administrativa (sad) do militar a ser gozada em meses pré-determinados, a dificuldade de solicitação no período pré determinado, ou ainda a necessidade de gozo em período diferente do normalmente definido, é o que mobiliza a mediação pela DAS diante da necessidade de compreensão de tal justificativa, envolvendo a escuta qualificada e as devidas orientações diante da complexidade vivenciada pelo militar no momento em que se solicita tal licença.

O conhecimento sobre o perfil da população usuária atendida por esta política pública de assistência social segue a perspectiva de garantia de deveres e também de direitos no

contexto da instituição militar, além de apontar os desafios na construção de estratégias de intervenção coerentes com as particularidades da população atendida.

A seguir retomaremos o debate sobre a proposta de regionalização por meio da descentralização tendo em vista a perspectiva da intersetorialidade presente em algumas ações da DAS.

### **3.4 A proposta de regionalização por meio da descentralização da DAS**

Retomando o debate apresentado nos estudos e pesquisas, bem como no relatório de gestão elaborada pela equipe de serviço social da DGAS em 2010, sinalizamos a identificação de que esta Diretoria “tem um papel fundamental a ser desenvolvido que, é o de organizar, sistemática e estruturalmente, a atuação do Serviço Social no CBMERJ” (Relatório de Gestão: 2010, pág. 15), tendo como sugestão, nesta época, a ampliação do atendimento de forma regionalizada, permitindo maior capilaridade na intervenção do Serviço Social junto à Corporação.

Deste modo, a descentralização do atendimento era vislumbrada como uma possibilidade de otimizar a relação tempo/acesso aos direitos reivindicados pelos bombeiros através da proximidade com seu local de trabalho e/ou serviço. Portanto, a DGAS seguiria em direção de adotar o princípio constitucional presente na Carta Magna de 1988, que afirma a Descentralização como uma forma de organização administrativa pública como uma característica de uma “Boa prática” no Estado Brasileiro.

Contudo, uma política social pública viabilizada pela DAS aos bombeiros militares da corporação tem maior possibilidades de conseguir resultados eficientes, eficazes e efetivos se estiver direcionada e comprometida com à garantia dos direitos de cidadania dos sujeitos atendidos por ela, que são os bombeiros militares ativos e inativos, bem como seus dependentes e os pensionistas.

Em 2012, houve a aprovação institucional para construção de uma Política de Assistência Social para o CBMERJ, que ampliaria o acesso por meio do princípio constitucional da Descentralização, porém com o pequeno efetivo de profissionais de serviço social a proposta de descentralização neste momento não foi possível.

Contudo, torna-se importante sinalizar que a Diretoria de Assistência social (DAS) elaborou sua Política de Assistência Social com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e na Política Nacional de Assistência Social das Forças Armadas - PNASFA (Portaria Normativa nº 1.173/MD, de 06 de setembro de 2006).

A partir de estudos realizados pela equipe da DAS sobre a origem da demanda e limitações vividas pelos usuários do serviço com o auxílio das estagiárias da época, verificou-se a necessidade de ampliar o atendimento da Diretoria em termos físicos territoriais, de modo que a maioria dos bombeiros atendidos no Méier (local sede desta Diretoria) eram provenientes de locais distantes da capital do Rio de Janeiro.

Para isso, buscou-se reordenar a atuação do serviço social na DAS de um modelo centralizado e de baixo alcance no sentido de um movimento desafiador para uma gestão descentralizada para todas as regiões do estado e gerida por um Sistema de Gestão da Informação (SGI), ampliando os pontos de atendimento aos Bombeiros Militares, bem como aos seus dependentes junto aos serviços socioassistenciais.

Contudo, após longo debate e amadurecimento da proposta junto a todos os profissionais da Diretoria e esta junto aos gestores do CBMERJ, no ano de 2014, iniciou-se um movimento de criação dos Polos de Serviço Social que compõe a Proposta de Descentralização da DAS com o retorno de profissionais de serviço social ao CBMERJ, antes cedidos à Secretaria Estadual de saúde.

Ao tomar a política de assistência social como referência de ação, a DAS do CBMERJ, há aproximadamente 4 anos, identificou a necessidade de descentralizar seu atendimento em todo o Estado do RJ. Contudo, houve uma referência teórica que embasa o estudo acerca da descentralização, reforçada com o observado na origem da demanda das DAS.

O primeiro modelo de ampliação do atendimento da assistência social no CBMERJ foi na região mais distante do estado, na região do Norte-Noroeste, que em conjunto aos bombeiros com a formação de serviço social foi criado o Núcleo de Assistência Social (NAS), ou seja, o bombeiro acumulava o serviço administrativo de bombeiro militar inserido em determinado grupamento e além disso atendia e realizava orientações gerais sobre as possibilidades dos direitos dos bombeiros militares de forma administrativa encaminhando para a DAS as situações específicas de assistência social

Em 01 de junho de 2013, iniciou-se a gestão do Cel BM Ricardo Luiz de Macedo Soares como diretor da DAS, a Construção da Proposta de Descentralização do atendimento e das ações do Serviço Social, foi assumida como um compromisso desta gestão saindo do campo das ideias e se concretizando nos anos seguintes por meio de muitos diálogos e esclarecimentos quanto a importância desta proposta tanto a nível individual, com cada profissional que chegava para compor o efetivo da DAS, e também quanto a nível coletivo e gerencial junto a cada comando nos quartéis que receberiam as equipes da DAS que

comporiam o Polo de Serviço Social local.

Em 2013 vislumbrando a possibilidade de descentralização dos serviços oferecidos pela DAS, foi criada uma ferramenta tecnológica de apoio a atuação profissional, refere-se a um Sistema de Gestão da Informação da Diretoria de Assistência Social – SGI-DAS que promove a articulação e o registro de serviço diariamente tanto dos polos quanto da sede desta diretoria entre os diferentes níveis, da ponta do atendimento até ao processamento, a gestão e ao planejamento da coordenação, da chefia e da direção da DAS<sup>51</sup>.

Conforme apresentado em relatório pela equipe da DAS, a proposta de descentralização aconteceu e foi possível de ser concretizada por ser “um Sistema desenvolvido por Assistentes Sociais, na perspectiva do Serviço Social, voltado para Assistentes Sociais, em linguagem de Serviço Social” (Relatório de Gestão 2010), sendo um fator importante de visibilidade e efetivação da nova organização proposta por esta Diretoria.

Desde 2015, podemos dizer que esta descentralização tem se tornado realidade com o retorno de profissionais de serviço social ao CBMERJ que antes estavam cedidas à Secretaria Estadual de Saúde (em lotações diversas e não mais em UPA).

Portanto, atualmente, a DAS se encontra presente e representada em todas as Regiões do Estado do Rio de Janeiro, atendendo aos aproximadamente 15 mil bombeiros militares ativos e os muitos inativos, seus familiares, dependentes e pensionistas.

Cada Polo de Serviço Social compõe-se com ao menos um profissional de serviço social, inserido fisicamente em uma Unidade de Bombeiro Militar denominado grupamento, sob o comando direto da DAS, através da supervisão direta de Coordenadores Regionais, estes por sua vez se responsabilizam por duas regiões com intuito de articular a Sede da DAS no Méier e os diversos pontos de atendimentos visando otimizar a oferta de serviços socioassistenciais ao pessoal do quadro do CBMERJ.

A estrutura ampliada de atendimento desta Diretoria de Assistência Social se encontra descentralizada em 19 (dezenove) Polos de Serviço Social distribuídos por CBA em todo o estado, conforme tabela abaixo:

**Quadro 7 – Distribuição dos Polos de Serviço Social por CBA**

Comando Bombeiros de Área (CBA)	Polo de Serviço Social	Localização Atual	Quantidade de OBM
CBA I - Capita 1 e CBA X - Capital 2	Sede/DAS Campo Grande	Anexo ao CBA I/ 3ºGBM 13º GBM	15 Unidades 13 Unidades

<sup>51</sup> Vale ressaltar que a construção desta ferramenta tecnológica foi apresentada no 6 Fórum de Assistência Social das Forças Armadas e exaltada como um instrumento fundamental de qualidade para a aplicação da proposta de descentralização.

CBA II- Serrana	Petrópolis Teresópolis	15º GBM 16º GBM	11 Unidades
CBA III - Sul	Angra dos Reis	10º GBM	10 Unidades
CBA IV – Norte-Noroeste	Campos dos Goytacazes São Fidelis Itaperuna	5º GBM  DBM 2/5 21º GBM	11 Unidades
CBA V – Baixadas Litorâneas	Cabo Frio Araruama Macaé	18º GBM 27º GBM 9º GBM	11 Unidades
CBA VI – Baixada Fluminense	Nova Iguaçu Duque de Caxias	4º GBM 14º GBM	8 Unidades
CBA VII – Costa Verde	Volta Redonda	22º GBM	7 Unidades
CBA VIII – Atividades Especializadas	Organiza-se por atividade e não por região, por isso não há Polo de S.S.		9 Unidades
CBA IX - Metropolitana	Niterói São Gonçalo Itaipu	3º GBM 20º GBM DBM 3/3	8 Unidades
CBA XI – Salvamentos Marítimos	Idem ao CBA VIII		9 Unidades
Núcleo Especial de Serviço Social	Inativos e Pensionistas Prisional	Diretoria no Quartel do Comando Geral (QCG) Grupamento Especial Prisional (GEP)	

Fonte: Elaboração própria

A estrutura de suporte a esta descentralização encontra-se na Diretoria através de divisões específicas de Planejamento, Processamento, Gestão de Projetos e Educação Permanente. Contabilizou-se um aumento de 1000 atendimentos de um ano para o outro<sup>52</sup>, logo após a implementação do SGI.

Importante ressaltar que a efetivação da proposta de descentralização só foi possível por meio de articulações constantes tanto a nível interno como a nível externo por parte do comandante e de toda a equipe da diretoria, tendo em vista a necessidade de múltiplas condições para a efetivação de tal ampliação do atendimento através da descentralização, o que exigiu a sensibilização dos comandos locais sobre a importância das ações socioassistenciais descentralizadas e bem como os mínimos necessários para a condução de um trabalho com um padrão de qualidade.<sup>53</sup> Apresentando-se como um elo de parceria entre os comandos locais e a Diretoria de Assistência Social na viabilização de um espaço físico para a abertura e inauguração das atividades propostas.

Contudo, os desafios e as possibilidades de desdobramentos do trabalho na DAS são

<sup>52</sup> Conforme registrado no sistema e presente no último relatório de gestão da DAS.

<sup>53</sup> Cada Polo de Serviço Social foi construído com uma estrutura física mínima em cada GBM conforme a Resolução CFESS nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

contínuas assim como a crescente demanda dos bombeiros militares e seus familiares frente as vulnerabilidade e riscos sociais que acometem aqueles que necessitam de um olhar e atendimento sob a perspectiva da proteção social.

Deste modo, no último ano, assumiu interinamente, pela primeira vez, uma profissional de serviço social comandando a Diretoria de Assistência Social, a Tenente Coronel Ladislau, sendo um momento marcante e diferenciado na DAS, pois em sua organização, planejamento e gestão estariam diretamente sob a ótica do serviço social, demonstrando reconhecimento da Corporação na equipe que compõe esta Diretoria.

Diante da necessidade de debate em torno das expressões da Questão Social no CBMERJ, concordamos com os estudiosos que o caminho do conhecimento da realidade por meio de estudos e pesquisas com base teórico metodológica favorece a efetividade, a eficácia e a eficiência das políticas sociais públicas.

Assim, após uma década da data de publicação do Regimento Interno (2007), a equipe demonstra reunir esforços para a construção de um esboço atualizado para uma nova publicação do Regimento diante da estrutura descentralizada da DAS existente no momento através dos Polos situados nos diversos locais do Estado do Rio de Janeiro.

Bem como, o estabelecimento do Censo Demográfico da DAS e o recadastramento do Seguro de Vida que se encontram atualmente em andamento no CBMERJ com vistas a reunir as informações dos bombeiros ativos no sentido de elaborar um perfil destes profissionais conforme os dados coletados.

Estes são alguns dos desafios que se a pontam neste momento a esta Diretoria de Assistência Social que está em constante reflexão e debate em torno da temática da Proteção Social que envolve o quadro funcional do CBMERJ.

Sem, portanto, querer esgotar o debate em torno da proteção social no CBMERJ levantamos alguns apontamentos importantes para a reflexão desta temática e nos indagamos sobre as possibilidades de articulação intersetorial nesta instituição sob esta perspectiva de integralidade e totalidade que abrange o trabalho, a saúde e a assistência social como elementos essenciais da proteção social no CBMERJ.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda trajetória histórica do CBMERJ mostrou a inserção do Bombeiro Militar no estado e como tal serviço se encontra em constante dinâmica associado a mudanças de nomenclaturas, secretarias e estrutura conforme a necessidade apresentada em cada época.

O sistema de proteção social brasileiro apoiado no tripé da seguridade social encontra muitos desafios para sua efetivação e seu desenvolvimento em toda a sociedade exigindo constante debate e discussão em torno das políticas sociais que a compõem.

A pesquisa desenvolvida buscou trazer à luz ao debate tanto o trabalho do bombeiro militar no estado do Rio de Janeiro como a política de assistência social e como ela se efetiva na sociedade brasileira e também no âmbito militar.

Ao observar o sistema de proteção social direcionada aos bombeiros militares do CBMERJ verificamos que muitos desafios se apresentam, tendo em vista a complexidade do debate:

- a necessidade da compreensão de direitos sociais ampliados que são viabilizados por meios de políticas públicas aos cidadãos;
- a busca em atender as demandas e necessidades sociais apresentadas por este público específico, diante da aproximação e conhecimento sobre os riscos e vulnerabilidades vivenciadas por estes militares, muitas delas ainda veladas. De modo que o censo realizado na corporação é um passo importante ao conhecimento do perfil deste público-alvo, rodeado por uma imagem social de herói que dificulta a encontrar o sujeito social que o caracteriza também suscetível a risco e vulnerabilidades;

Reconhecer que a política de assistência social no CBMERJ percorreu um caminho de desenvolvimento nas últimas décadas é reconhecer que este debate que aconteceu em toda a sociedade possibilitou a consolidação e operacionalização desta política e seu entendimento sobre ela, o que, de alguma forma, favoreceu a sua organização dentro da Corporação inclusive com profissionais especializados para a realização de ações socioassistenciais, bem como a ampliação dos serviços ofertados por meio da descentralização.

A realização desta pesquisa contribuiu para demonstrar que as ações de assistência social da DAS se realizam pela ótica de política pública sob as diretrizes da PNAS/SUAS e da PASFA, bem como todo o arcabouço legislativo do campo da política de assistência social.

Sendo necessário ressaltar os pontos chaves que esta política trás de valorização do convívio e do vínculo do sujeito com a família e com a comunidade, além de reforçar a importância de uma equipe multidisciplinar na assistência social (como profissionais da área

jurídica e da psicologia), bem como sua articulação com os demais setores, principalmente a saúde, cujos determinantes sociais interferem diretamente na promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Ressalta-se, assim, que o projeto de descentralização na gestão e planejamento da DAS, trouxe implicações de ampliação de duas maneiras, uma pelo aumento do escopo da equipe que compõe a DAS (aumento de 8 para 49 profissionais nos últimos 3 anos) e também pelo aumento do debate e efetivação de variadas ações da assistência social, algumas mesmo que ainda pontuais, e outras com uma proposta de continuidade por meio de projetos em ciclos cujas propostas se constroem a partir de estudos e pesquisas que acontecem em meio ao desenvolvimento das atividades.

O incentivo de ações atividades mais articuladas entre os variados setores potencializa as ações em termos de qualidade e possibilita um maior alcance do atendimento ao bombeiro em sua totalidade.

Contudo, ao desbravar novos horizontes, a DAS se deparou com novos desafios que se impõem cotidianamente e precisam ser encarados considerando a importância da pesquisa e da intersetorialidade para dar conta da complexidade com que as questões sociais se expressam.

Dessa forma, reconhecemos a importância da pesquisa na DAS e reconhecemos que por meio delas foi possível concretizar variadas propostas que contribuíram para o reconhecimento da área de assistência social como primordial na proteção social aos bombeiros militares.

Para finalizar, reitera-se que se faz necessário ampliar o debate em torno do campo da assistência social, principalmente no âmbito militar, para que não se perca a perspectiva da garantia de direitos nas ações socioassistenciais realizadas também nas instituições militares que abrangem a perspectiva da proteção social.



## REFERÊNCIAS

- ASTE, Giancarlo de. **Histórico do Corpo de Bombeiros**. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1991.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed.- São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- \_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2012.
- \_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Código de Ética do(a) Assistente Social**, Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993.
- \_\_\_\_\_. **LEI Nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, novembro de 2004.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social das Forças Armadas**, Portaria Normativa nº 1.173 / Ministério da Defesa, de 06 de setembro de 2006.
- \_\_\_\_\_. **Portaria Normativa nº 881, de 26 de maio de 2010**, aprovou as diretrizes a serem observadas pelas Forças Armadas no desenvolvimento dos programas de assistência social, dentre eles o Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria.
- \_\_\_\_\_. RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 880, de 25 de julho de 1985**. Dispõe sobre o Estatuto de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 26 jul. 1985.
- CBMERJ. **Anuário do Corpo de Bombeiros Militar do RJ: Ano I, 2016**. Disponível em: < <http://www.cbmerj.rj.gov.br/anuarios/anuario2016/anuario.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.
- CBMERJ. **Anuário do Corpo de Bombeiros Militar do RJ: Ano II, 2017**. Disponível em: < <http://www.cbmerj.rj.gov.br/anuarios/anuario2017/anuario.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.
- CBMERJ. **Anuário do Corpo de Bombeiros Militar do RJ: Ano III, 2018**. Disponível em: < <http://www.cbmerj.rj.gov.br/anuarios/anuario2018.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.
- CBMERJ. DGAS. **Relatório de Análise do Desenvolvimento Institucional da Diretoria Geral de Assistência Social no período Janeiro/Julho de 2010**. Não Publicado.
- CELESTINO, Sabrina (Org.). **Políticas Públicas e Forças Militares**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019
- CRUZ, José Luiz Vianna da. **Dinâmica Socioeconômica e Territorial do Rio de Janeiro Contemporâneo**, RJ, 2015.
- GERSCHMAN, Sílvia. **Política e gestão da saúde no governo do estado do Rio de Janeiro**. In: GERSCHMAN, Sílvia et al . Saúde e Políticas Sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.
- IAMAMOTO & CARVALHO. **Serviço Social e Relações Sociais no Brasil**. 1º. ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e Formação Profissional**. Cortez: SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A questão social no capitalismo**. In. Revista Temporalis. n. 03 Jan-Jun. 2001.

Brasília. 2001.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania:** os desafios recentes da proteção social. *Texto para Discussão*, Ipea, nº 1372, jan. 2009.

JACCOUD, L.; BICHIR, R. e MESQUITA, A. C.. **O SUAS na proteção social brasileira:** Transformações recentes e perspectivas. *Novos estud. CEBRAP*. 2017, vol.36, n.2, pp.37-53. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/v36n2/1980-5403-nec-36-02-37.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

JACCOUD, Luciana; MESQUITA, Ana Cleusa; SANTOS, Maria Paula. Perspectivas para o Sistema de Garantia de Renda no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010, v. 8, p. 345-418.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. O estado do bem-estar social uma demarcação: (1870-1975). In: \_\_\_\_\_. **O estado de bem-estar social na idade da razão:** a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, cap. 1.

LIMA, VÂNIA PEREIRA. **Política de assistência social das forças armadas:** uma análise da agenda pré-decisória e dos desafios do processo de implementação. Brasília. 2013. Monografia (especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social.) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3295/1/Vania%20Pereira%20Lima.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

MENICUCCI, Telma. Políticas Sociais no Brasil: o Brasil tem um Estado de bem-estar? In: **Políticas Sociais:** conceitos, trajetórias e a experiência brasileira, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec / ABRASCO, 2008.

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO. P. (Coord.). **Missão prevenir e proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso & LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. *Rev. katálysis* vol.10 no. Spe, Florianópolis 2007. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

MONNERAT, Giselle Lavinias. SOUZA, Rosimary Gonçalves. Intersetorialidade e Políticas Sociais: um Diálogo com a Literatura Atual. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T. de; SOUZA, R. G. de (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014, p. 41-54.

PAIVA, Andrea Barreto de; JACCOUD, Luciana; MESQUITA, Ana Cleusa Serra. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Nota Técnica, Ipea, n. 27, set. 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28588:nota-tecnica-2016-setembro-numero-27-disoc-o-novo-regime-fiscal-e-suas-implicacoes-para-a-politica-de-assistencia-social-no-brasil&catid=192:disoc&directory=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28588:nota-tecnica-2016-setembro-numero-27-disoc-o-novo-regime-fiscal-e-suas-implicacoes-para-a-politica-de-assistencia-social-no-brasil&catid=192:disoc&directory=1)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T. de; SOUZA, R. G. de (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014, p. 23-39.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

REZENDE, M.; BAPTISTA, T.W.F. Amâncio Filho A. **O legado da construção do sistema de proteção social brasileiro para a intersectorialidade**. *Trab Educ Saude*. 2015. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462015000200301](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000200301)>.

Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

SANTOS, R. E CAVALCANTI, N. **Casarão Vermelho: centenário da construção do quartel do comando-geral do corpo de bombeiros 1908-2008**. Governo do estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, 2008.

SEDA, P. Roberto; VIEIRA, M. L. **Gestão do Serviço Social e a Questão Social no CBMERJ**. In: V Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS – QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E FORÇAS ARMADAS, 2016, Rio de Janeiro: UERJ-NUCLEAS-FCE-Faculdade de Direito, 2016. p.1-261.

SILVA, Leandro Gomes Ernesto da. **Planejamento e a Gestão de Pessoas no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro através do Quadro de Organização (QO)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Universidade Federal Fluminense. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/1869/1/Leandro%20Gomes%20Ernesto%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade, e Integração de Políticas Sociais. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T. de; SOUZA, R. G. de (Orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 77-103.